

CRISE MULTIFACETADA:

Desafios e modos de enfrentamento



Comissão Permanente
de Publicações Oficiais
e Institucionais da UFSCar

Organizadora:
Norma Valencio

Norma Valencio
(organizadora)

CRISE MULTIFACETADA:
desafios e modos de enfrentamento

Norma Valencio
(organizadora)

**CRISE MULTIFACETADA:
desafios e modos de enfrentamento**

**São Carlos
2021**

2021 © by Norma Valencio (organizadora)

Direitos dessa edição reservados à Comissão Permanente de Publicações

Oficiais e Institucionais – CPOI

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem a
autorização expressa da Editora.

Capa e projeto gráfico: Tiago Eugênio dos Santos

Editoração eletrônica revisão gramatical e ortográfica: Norma Valencio

Normalização: Marina Penteado de Freitas

Dados internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Crise multifacetada: desafios e modos de enfrentamento /
organizadora: Norma Valencio. — São Carlos: UFSCar/CPOI,
2021.
110 p.

ISBN: 978-65-86558-20-3

1. Pandemia – COVID-19. 2. Crises. I. Título



Reitora

Ana Beatriz de Oliveira

Vice-Reitor

Maria de Jesus Dutra dos Reis

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
CAPÍTULO 1. PRESERVAR O PASSADO, INSPIRAR O FUTURO: o reposicionamento institucional da Fundação Energia e Saneamento, em meio à pandemia, como proposta para uma memória viva da água e da energia	
Mariana de Andrade Dias da Silva	9
CAPÍTULO 2. ENCONTROS COMUNITÁRIOS VIRTUAIS: uma experiência, em Defesa Civil, no enfrentamento da COVID-19	
Denise Tarin Rodrigo Werner Gabriela Franco Dias Lyra Heloiza Helena Nunes da Silveira Aline Possa Silva Anjos Christiane Bazoli Rodrigo D'Almeida Marcelo Vieira Júlia Santana Cristina Rosário Célia Barboza Macedo Thaís Ferreira	23
CAPÍTULO 3 PERDAS, MORTE E LUTO: a experiência do sofrimento durante uma pandemia	
Elaine Gomes dos Reis Alves	43
CAPÍTULO 4 GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA PANDEMIA DE COVID-19: dificuldades, aprendizados e lições	
Juliano Costa Gonçalves Cristine Diniz Santiago Érica Pugliesi	59
CAPÍTULO 5 ARTETERAPIA COMO FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL PARA ENFRENTAR CONTEXTOS DISRUPTIVOS: resgate simbólico e reconstrução comunitária	
Layla Stassum Antonio	75
CAPÍTULO 6 CRISE VIVENCIADA: dimensões subjetivas das experiências de crianças e adolescentes durante a pandemia da COVID-19	
Juliana Sartori	95

APRESENTAÇÃO

O ano de 2020 foi se encerrando, no Brasil, do mesmo modo como quando começou: tormentoso. Ao povo local, e nos meses iniciais do referido ano, mal parecia possível lidar com os desafios da vida cotidiana devido a escalada de incertezas. A crise econômica e a crise política se enodoaram e se incrementaram mutuamente. E, então, sobreveio uma crise sanitária, a da pandemia de Covid-19, para tornar o futuro ainda mais nebuloso. Quando foi declarada a emergência global relacionada a tal pandemia, nos idos de março do referido ano, as dúvidas e apreensões que pululavam nas mentes de muitos dos cidadãos, e que os levaram a refrear cada passo que intencionavam dar adiante, tornaram-se angústias contínuas a lhes abater o ânimo no crepúsculo de 2020. O chão persistentemente fugindo de seus pés...

No contexto brasileiro, tanto a forma de contenção de riscos de propagação do coronavírus Sars-Cov-2 - e da doença ao mesmo associada, a Covid-19 - quanto as estratégias de apoio aos grupos sociais mais suscetíveis ao contágio foram marcadas pela inconciliação de pontos de vista das autoridades públicas constituídas nos diferentes níveis de governo bem como entre estas autoridades e as práticas de demais atores sociais. O desencontro social entre interpretações do problema e práticas concretas de redução de riscos de contágio tornou-se algo patente e persistente. Formulações econômicas incompreensíveis - em termos das racionalidades adotadas e dos critérios aplicados para mitigar a crise -, irresponsabilidade na proteção ambiental e ruídos políticos contínuos constituíram um ambiente de tensão prolongada a contribuir no incremento da sensação de desamparo no cidadão comum. Formaram degraus sucessivamente instáveis de uma longa e inevitável escadaria a qual, contudo, fosse imperativo subir. O sofrimento social derivado dessa tarefa de seguir adiante, mas sem garantia alguma no prosseguir, foi infindamente desgastante em termos sociais, econômicos, emocionais e morais. A materialidade desse sofrimento social e o seu caráter intangível são facetas que aparecem nos capítulos dessa pequena obra.

Essa coletânea emerge como que em continuidade às reflexões daquela que, em meados de 2020 e igualmente sob os auspícios da CPOI/UFSCar, co-organizamos e que se intitula **Covid-19: crises entremeadas no contexto de**

pandemia (antecedentes, cenários e recomendações). Alguns dos autores que ali contribuíram aqui reaparecem para nos brindar com um novo aspecto de sua interpretação acerca da evolução dos desafios dessa crise sanitária e no exame de caminhos de superação. E novos autores vieram se juntar no presente ebook, nos honrando igualmente com suas contribuições voltadas a novos aspectos dessa crise complexa. Este ebook é um conjunto compreendido por seis capítulos, os quais foram resultado do esforço de autores provenientes de diferentes instituições, distintos campos de conhecimento e de atuação profissional bem como de representação comunitária. Aqui foram congregados no intuito de mostrar que os processos de enfrentamento da referida crise são variados e, em alguns dos capítulos, compartilham a sua experiência exitosa para o amortecimento dos revezes produzidos nesse contexto desafiador. O propósito dos autores foi, no geral, não apenas o de expor os desafios da vida cotidiana - nas práticas institucionais, nos vínculos afetivos, nas relações de ensino-aprendizagem, no modo de ressignificação do mundo -, mas elucidar os modos possíveis de confrontá-los. Isto é, indicar os degraus mais confiáveis na escadaria de rotinas pré-estabelecidas que esteve em risco de colapsar, sugerindo meios para torná-la menos insegura.

No capítulo 1, a autora Mariana de Andrade Dias da Silva, da Fundação Energia e Saneamento, explora o contexto histórico paulista de investimentos no setor elétrico e as alterações sociais e institucionais ocorridas nesse processo ao longo de pouco mais de um século, o qual culminou com a criação da referida Fundação e dos Museus de Energia. Durante a pandemia, esses espaços de memória e de educação ambiental necessitaram ajustar o modo de relacionamento com seu público, sobretudo em relação às atividades educativas, até então, presenciais. A evolução institucional e, particularmente, as adaptações de atendimento ao público feitas durante a crise sanitária foram ilustradas e descritas em detalhes pela autora.

No capítulo 2, membros do Comitê Gestor dos *Encontros Comunitários Virtuais*, constituindo um conjunto de doze autores de diversas instituições e organizações fluminenses - desde o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e o Corpo de Bombeiros Militares do Estado do Rio de Janeiro ao Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (UFRJ) – apresentam ponderações conceituais e metodológicas preliminares sobre as questões de

resiliência frente aos desastres e dos desafios de comunicação comunitária nesse contexto crítico para, em seguida, explicarem o plano de ação dos Encontros Comunitários Virtuais, iniciativa inovadora de criação de um promissor ambiente polifônico *online* que, a cada edição, congrega atores com diferentes características sociais para pensarem juntos como enfrentar aquela etapa da crise.

O capítulo 3, de autoria da psicóloga Elaine Gomes dos Reis Alves, pesquisadora do CEPED/USP, trata do desafio em prover cuidado psicossocial em contextos nos quais se propagam os óbitos os quais, então, passam a exigir a adequada vivência de luto; exigência que, durante a pandemia, foi inúmeras vezes solapada. Ao analisar com muita acuidade profissional e sensibilidade social esse processo de perda de entes queridos - por vezes, ocorrida de forma súbita e inesperada -, a autora tipifica o luto e enfatiza a importância de se garantir os meios e o tempo necessário para preservar os rituais de luto, tecendo considerações acerca das complicações para praticá-lo a contento.

No capítulo 4, os autores Juliano Costa Gonçalves, Cristine Diniz Santiago e Érica Pugliesi, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da UFSCar, focalizam a problemática socioambiental da gestão dos resíduos sólidos no contexto da pandemia. As dimensões física, social, cultural, política, econômica e tecnológica do problema são abordadas em suas especificidades a fim de orientar a direção mais adequada de gestão pública nesse tema.

No capítulo 5, a autora Layla Stassun Antonio, pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED), da UFSCar, recupera a perspectiva sociológica do conceito de desastre para clarificar a contribuição que a arteterapia pode ter como dispositivo terapêutico que fomenta a criatividade e os sentidos existenciais das pessoas e/ou comunidades em processo de reelaboração do seu sofrimento em experiência de aprendizado e crescimento pessoal.

Por fim, no capítulo 6, Juliana Sartori, também pesquisadora do NEPED (UFSCar), se debruça sobre o tema do sofrimento social de crianças, adolescentes e professores os quais, no contexto da pandemia de Covid-19, tiveram a árdua tarefa de se adaptar à relação ensino-aprendizagem *online* quando as condições espaciais, materiais e econômicas dadas - para viabilizar os meios materiais e tecnológicos necessários para tal - não eram adequadas.

Além da crise sanitária, essa adaptação forçada das relações educativas suscitou um estresse adicional nos atores acima mencionados, cujos modos específicos de vivência de seus constrangimentos são descritos por Sartori, que problematiza e complexifica as recomendações de política pública diante tais circunstâncias críticas.

Esperamos que as reflexões aqui trazidas, que espelham quão multifacetada é a referida crise, possam ser úteis para o(a) leitor(a) identificar mais algum degrau para colocar o pé e seguir numa marcha ascendente menos angustiante.

Norma Valencio
Organizadora

CAPÍTULO 1

PRESERVAR O PASSADO, INSPIRAR O FUTURO: o reposicionamento institucional da Fundação Energia e Saneamento, em meio à pandemia, como proposta para uma memória viva da água e da energia

Mariana de Andrade Dias da Silva¹

Introdução

Nas últimas décadas do século XIX, o enriquecimento dos setores ligados à cafeicultura fomentou, na cidade de São Paulo e outros centros urbanos paulistas, uma demanda por bens econômicos, com estímulos, também, à indústria e ao comércio. A cafeicultura permitiu um excedente de capital a ser empregado fora da atividade agrícola, estimulando a criação de uma cultura empresarial centrada em uma elite de fazendeiros, comerciantes e financistas que se expandiu para a indústria.

Nesse primeiro momento, empresas de capital brasileiro e âmbito local instalaram termelétricas e hidrelétricas (Figura 1) para o uso industrial da energia em fábricas de tecidos, mineração, entre outros. Assim como na incipiente indústria, a eletricidade passou a ser produzida e aplicada na iluminação pública e na tração de bondes.

Figura 1: Inauguração da Usina Corumbataí, uma das primeiras hidrelétricas paulistas. 1895.



Fonte: Acervo Fundação Energia e Saneamento.

¹ Coordenadora de Projetos e Produção Editorial da Fundação Energia e Saneamento.
E-mail: mandrade@energiaesaneamento.org.br

A elite de cafeicultores paulistas desejava usufruir as benesses da modernidade e passou a construir usinas nos locais em que residia para, como aponta Warren Dean (1969, p.14), “adornar suas cidades do interior com inventos modernos”. No período entre 1901 e 1910, por exemplo, foram construídas 77 novas usinas de energia elétrica, sendo a maioria instalada no Estado de São Paulo, e destinada a alimentar a iluminação pública.

Assim como o setor energético poderia simbolizar o que havia de mais moderno para impulsionar o desenvolvimento nacional, a estruturação de um sistema de abastecimento de água, de coleta de esgotos e de drenagem também passou a ser apresentado como um passo necessário para sanear a vida nas cidades e integrá-las à chamada *belle époque*. Na capital paulista, mesmo antes do adensamento urbano iniciado no final do século XIX, e ocasionado, entre outros, pelo êxodo rural pós-Abolição da Escravatura (1888), pela política de imigração e o avanço da indústria, os rios Tietê e Pinheiros, até então vistos como fontes de água e alimento, além de meio de transporte, passaram a ser encarados como um desafio a ser superado na geografia da capital paulista.

De papel referencial na ocupação do espaço, o Rio Tietê passou a ser visto ao longo do século XIX como um dos obstáculos para a urbanização, devido às suas cheias, que ocasionavam grandes inundações; à propagação de doenças, como a febre amarela; e ao aumento de sua poluição, já que suas águas eram o depósito de esgoto de toda uma população crescente em São Paulo (domicílios e primeiras indústrias). (GIOVANINI, 2020, p.1)

Como resultado dessa nova perspectiva sobre os recursos hídricos, a primeira metade do século XX, em São Paulo, foi marcada pela canalização e retificação de rios (Figura 2) e a execução de planos urbanísticos, além da expansão da infraestrutura voltada ao abastecimento público de água. E, assim como no setor de energia, o de saneamento partiu da agência de alguns primeiros investidores, ainda no final do século XIX - tal como a pioneira Companhia Cantareira e Esgotos, de 1877 -, para, ao longo do século XX, com o aumento progressivo da demanda por água e energia, se expandir em um sistema complexo, acompanhando o desenvolvimento econômico, social, e o

crescimento demográfico das cidades, cada vez mais marcadas pelo estilo de vida urbano.

Figura 2: Obras de retificação do Rio Tietê. S.d. São Paulo - SP.



Fonte: Acervo Fundação Energia e Saneamento.

O setor elétrico brasileiro, por exemplo, passou por quatro grandes fases, sendo elas, a da atuação de pequenas empresas privadas nacionais, na virada do século XIX para o XX; a de grandes empresas estrangeiras, como a *Light* e a *American & Foreign Power Company* (AMFORP), nas primeiras décadas do século XX; o período das grandes empresas estatais, em meados do mesmo século; e, nos anos 1990, a da consolidação de grupos privados nacionais e internacionais, em um momento em que ocorreu a privatização, regulamentação e desverticalização do setor, com a separação entre as atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia - conjuntura que permanece até os dias de hoje.

Apesar de um evidente desenvolvimento dos serviços de energia e saneamento, desde o início da estruturação desses setores, no final do século XIX, garantir o acesso universal de bens tão essenciais como a água e a energia é, ainda, uma necessidade tanto no Brasil como no mundo. Se, por um lado, têm surgido novas tecnologias para um uso mais eficiente e racional dentro da cadeia que compõe a produção e distribuição desses bens, até a entrega ao consumidor final, por outro, ainda há muito a se fazer para que os recursos hídricos e

energéticos superem a barreira da desigualdade social. A pandemia de COVID-19 demonstra, claramente, essas diferenças. O simples ato de lavar as mãos, higienizar-se, ou de usufruir das tecnologias alimentadas por energia elétrica para adaptar-se ao novo normal, seja no uso de um aplicativo para a transformação de um serviço, ou à prática do *home office*, ainda não é uma realidade possível a todos.

No passado, a propagação da febre amarela pela poluição do rio Tietê foi motivo de debate pela opinião pública; hoje, a presença do novo coronavírus em amostras de esgoto coletadas no Brasil, e em outros países, antes mesmo do primeiro caso registrado na China, apontam que a COVID-19 pode ter circulado bem antes do que se afirmava.

Dentro dessa perspectiva, o uso e a gestão dos recursos naturais, da água e da energia – e o debate sobre esses bens – alinham-se diretamente aos temas de interesse da Fundação Energia e Saneamento, instituição privada, da área da cultura, e sem fins lucrativos, que tem como missão preservar, pesquisar e divulgar o patrimônio dos setores de energia e saneamento por meio de ações culturais e educativas que reforçam conceitos de cidadania e incentivam o uso responsável de recursos naturais, trabalhando nos eixos de história, ciência, tecnologia e meio ambiente.

Em 2020, a Fundação completou 22 anos e, diante de um mundo em constantes mudanças, também precisou alinhar a sua atuação e propósito aos desafios do mundo contemporâneo, por meio de um reposicionamento institucional. Em meio à pandemia, lançou uma nova marca e tem trabalhado de forma a, mais que preservar o passado, também inspirar o futuro, ativando uma memória viva que impulsiona a transformação social. O novo propósito visa inspirar pessoas sobre o valor da água e energia para a vida.

A Fundação Energia e Saneamento

A Fundação Energia e Saneamento foi criada, em 1998, com o objetivo inicial de salvaguardar um rico acervo histórico, constituído a partir do final do

século XIX, e que está diretamente relacionado à história da energia, da tecnologia e do desenvolvimento urbano e industrial do Estado de São Paulo.

Nos anos 1980, as empresas energéticas estaduais paulistas desenvolveram atividades de memória empresarial visando a manutenção de seu patrimônio histórico, como ocorreu com a criação, em 1983, do Departamento de Patrimônio Histórico da companhia estatal Eletropaulo, herdeira do acervo da empresa estrangeira *The São Paulo Tramway, Light & Power Co. Ltd.*, estabelecida na Capital paulista em 1899.

A partir de 1995, com o Programa Estadual de Desestatização (PED), as empresas do setor elétrico entraram em um processo de privatização, o que levou a Secretaria do Estado da Energia a analisar qual seria a destinação dada a esse patrimônio. Em 1996, a Secretaria criou um Grupo de Trabalho para realizar um levantamento do acervo histórico das empresas energéticas paulistas vinculadas àquela Secretaria e avaliar a relevância desse acervo.

A partir das recomendações propostas, em janeiro de 1997 foi criado um Grupo Executivo para organizar e viabilizar uma fundação de direito privado, com o acervo recebido em doação das empresas energéticas então sob controle acionário do governo estadual paulista, sucedidas pelas empresas Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., Bandeirante Energia S.A., Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica S.A. – EPTE, Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A – EMAE, Companhia de Gás de São Paulo – Comgás, Companhia Energética de São Paulo – CESP, Elektro – Eletricidade e Serviços S.A., Duke Energy International Geração Paranapanema S.A., Companhia de Geração de Energia Elétrica Tietê e Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista.

Em 6 de março de 1998, a "Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo" foi instituída pelas empresas energéticas inseridas no Programa Estadual de Desestatização - Lei Estadual nº 9.361, de 5 de julho de 1996. Mais tarde, em 2004, a instituição passaria a agregar a temática do saneamento, tornando-se Fundação Energia e Saneamento e realizando ações de preservação e organização de acervos externos ligados ao setor de saneamento.

A Fundação atua por meio de dois eixos principais, sendo um deles as ações ligadas a seu acervo histórico, que reúne a memória da energia e das empresas do setor e oferece acesso gratuito a pesquisadores; há, também, uma rede de Museus da Energia, por onde ocorre a extroversão desse acervo, como também o fortalecimento de seu propósito à sociedade em geral por meio de ações de educação, cultura e lazer.

O acervo da Fundação é especializado na área de energia, e foi formado, basicamente, pela documentação das empresas de energia paulistas, havendo também coleções particulares reunidas por profissionais que atuaram no setor de energia e de saneamento.

Os principais conjuntos documentais foram obtidos junto às companhias Eletropaulo (herdeira do acervo da centenária *Light & Power*), CESP e Comgás (Figura 3). A dimensão e complexidade do acervo permitem ao pesquisador diversas possibilidades de enfoque, e contribui para estudos sobre o desenvolvimento dos municípios paulistas e aspectos econômicos, tecnológicos e culturais da sociedade brasileira durante o processo de urbanização das cidades.

Figura 3: Equipe da Fundação analisa mapa da companhia de energia Light. Jundiaí - SP.



Crédito: Gustavo Morita | Fundação Energia e Saneamento.

A guarda, conservação e organização do acervo são realizadas com o apoio de uma equipe multidisciplinar de arquivistas, historiadores, geógrafos e conservadores, atuantes nas sedes da Fundação em São Paulo e Jundiaí. O acervo é classificado em quatro categorias: arquivístico, bibliográfico, museológico e patrimônio arquitetônico, e o público pode acessar o catálogo online completo por meio do site www.energiaesaneamento.org.br/acervo.

A instituição reúne o maior acervo histórico a respeito da eletrificação do Estado de São Paulo, composto por mais de 1.600 metros lineares de documentos técnicos e gerenciais, 260 mil documentos fotográficos, 3.500 objetos museológicos (Figura 4), 50 mil títulos na biblioteca (a maior especializada em energia do Brasil), além de documentos cartográficos, audiovisuais e sonoros, reunidos a partir de meados do século XIX e provenientes de diversas companhias de energia.

Figura 4: Seleção de objetos do acervo museológico da Fundação Energia e Saneamento.



Crédito: Gustavo Morita | Fundação Energia e Saneamento.

Também integram o patrimônio da Fundação quatro centrais geradoras hidrelétricas (CGHs), as Usinas-Parque de Salesópolis, Rio Claro, Brotas e Santa Rita do Passa Quatro, algumas com áreas remanescentes de Mata Atlântica, e dois imóveis urbanos em Itu e Jundiaí.

Na rede de Museus da Energia, o público tem a oportunidade de aprender e vivenciar experiências educativas e de lazer onde questões sobre o passado, o presente e o futuro da energia no Brasil e no mundo são tratadas de maneira didática e divertida. Fazem parte da rede as unidades do Museu da Energia situadas nas cidades de Itu, São Paulo (Figura 5) e Salesópolis, instaladas, respectivamente, em dois imóveis históricos em área urbana e na CGH de Salesópolis. Esses espaços oferecem aos visitantes atividades culturais voltadas para todas as idades, e que reforçam conceitos de cidadania e incentivam o uso responsável de recursos naturais, explorando tais questões por abordagens históricas, científicas e sociais.

Figura 5: Educadora em visita guiada ao Museu da Energia de São Paulo.



Crédito: Gustavo Morita | Fundação Energia e Saneamento.

Além de planejar e executar projetos culturais patrocinados por meio de editais e leis de incentivo, a Fundação oferece apoio técnico e gerencial nas áreas de projetos culturais e gestão de acervos a empresas e instituições dentro e fora do setor de água e energia. Com vasta experiência editorial - são dezenas de publicações e exposições produzidas, a Fundação desenvolve projetos diversos como livros, exposições, materiais educativos e ações socioambientais.

Reposicionamento Institucional e os Desafios da Pandemia

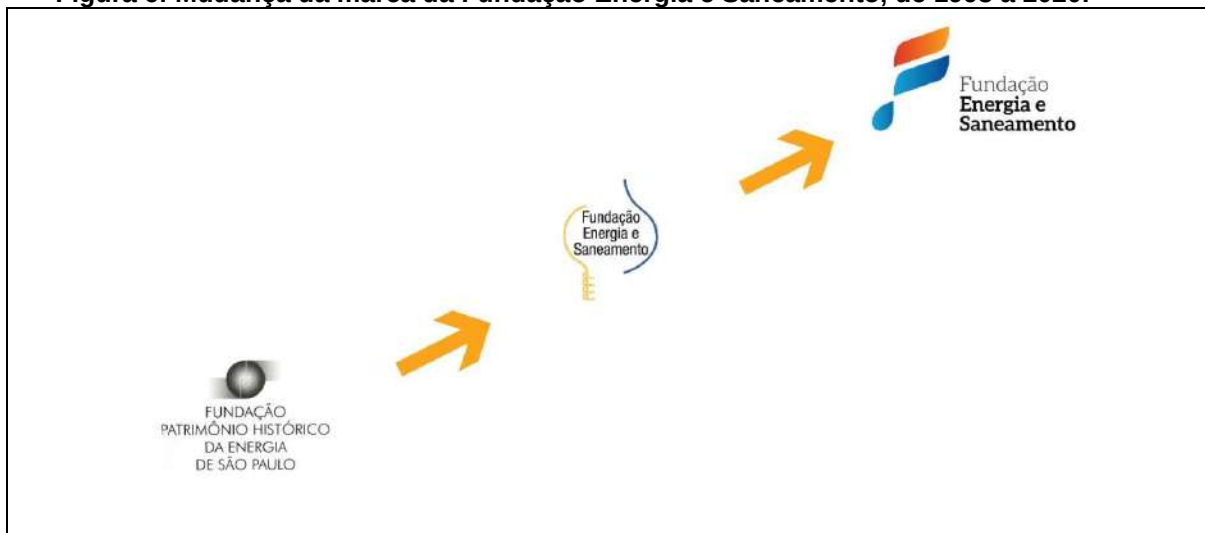
Até o momento do reposicionamento, a Fundação focava o seu esforço na preservação da memória e do patrimônio da energia e saneamento, grandes responsáveis pelo desenvolvimento social, político e econômico do Estado de São Paulo. Sua trajetória de atuação estava voltada à preservação da memória e do patrimônio da energia e saneamento; à democratização do acesso ao seu patrimônio cultural, arquitetônico e ambiental, com Mata Atlântica preservada; fortalecimento da cidadania e do uso responsável dos recursos naturais; subsídios para pesquisas sobre energia e saneamento; e desenvolvimento de projetos culturais e educativos, através de seus museus.

Com o reposicionamento institucional e o novo propósito, a Fundação revisou o seu papel junto à sociedade como um agente de transformação social, adotando uma nova postura que fomenta a discussão e interlocução entre os atores do setor, sobre o passado, presente e futuro da água e da energia. Assim, passou a ter como foco, também, promover ações e eventos sobre os temas vinculadas à sua missão, assumindo-se como uma instituição interlocutora de diferentes segmentos, como governos, empresas, instituições e sociedade.

Para o reposicionamento e, também, a construção de uma nova marca (Figura 6), a metodologia utilizada partiu da definição de pilares, essência e propósito. Quatro pilares passaram a sustentar as ações da Fundação: pesquisar, preservar e comunicar a memória dos setores, para reforçar o vínculo com a sociedade e contribuir com sua transformação; promover a troca de cultura e conhecimento com nossos públicos, por meio de uma relação sensível e prazerosa, visando a transformação social; gerar valor e visibilidade às empresas, por meio de ações para o conhecimento sobre passado, presente e

futuro dos setores; e contribuir para a transformação social, compartilhando a importância do acervo para inspirar o desenvolvimento cultural, ambiental, ético e econômico.

Figura 6: Mudança da marca da Fundação Energia e Saneamento, de 1998 a 2020.



Fonte: Fundação Energia e Saneamento.

O resultado de todas essas ações faz da Fundação Energia e Saneamento um grande agente protetor da memória do trabalho e das pessoas que construíram São Paulo, e que continuarão construindo a memória da energia, da água e da sociedade. A essência da nova marca da Fundação expressa a vocação de ser memória viva, e o novo propósito apresenta essa missão de forma simples e direta: a Fundação existe para inspirar pessoas sobre o valor da água e da energia para a vida.

Para o lançamento da nova marca e do reposicionamento institucional, a Fundação previa, para março, a realização do evento “Cidades Inteligentes”, com o objetivo de debater os avanços, os desafios, as tecnologias e as oportunidades de negócio em torno das cidades do futuro. Com a pandemia e os esforços de contenção do vírus, o evento foi transferido para setembro, e adaptado para o ambiente virtual, na plataforma online YouTube. Para debater alguns dos temas relacionados à construção de cidades mais inteligentes, humanas e sustentáveis, representantes do setor público, privado e da sociedade civil discutiram os conceitos de coesão social, inovação e eficiência energética e hídrica, iluminação pública inteligente, e capital humano e social em cidades inteligentes.

Se, por um lado, as adaptações se mostraram desafiadoras, a realização do evento em formato online, bem como de outras ações da instituição, levou a uma mudança profunda das formas com que a Fundação e a rede de Museus da Energia se comunicam com seus públicos pelos canais oficiais e redes sociais. Junto do lançamento da nova marca e das mudanças visuais dos canais, as redes sociais, anteriormente focadas na divulgação das ações presenciais, passaram a ser, elas próprias, fonte direta de conteúdo interativo com o público.

Os Museus da Energia em Itu, Salesópolis e São Paulo, bem como os profissionais do acervo, tiveram suas atividades presenciais paralisadas temporariamente. Como alternativa à essas ações, as equipes, em *home office*, passaram a trabalhar na produção de materiais para os canais oficiais, oferecendo conteúdos divertidos, curiosos e informativos sobre a importância da água e da energia, a partir da campanha #energiaemcasa (Figura 7). Os conteúdos são diversos: *lives* com convidados, visitas mediadas on-line, ações educativas, experimentos e brincadeiras virtuais ofertadas em diferentes plataformas de interação, além de artigos e vídeos que exploram momentos históricos e possibilidades de pesquisa dentro do acervo da Fundação. Nesse sentido, mesmo que contingente, a produção de tais materiais serviu para consolidar uma nova atuação dos museus e do acervo no ambiente online e a perspectiva de continuar a expandir essa troca virtual, até então inédita com os públicos, de forma permanente.

Figura 7: Campanha online do Museu da Energia durante a pandemia.



Fonte: Fundação Energia e Saneamento.

Outro desafio foi o de adaptar projetos aprovados, via Lei Rouanet, com patrocínio da CTG Brasil, inicialmente elaborados para execução presencial. Entre eles, cabe destacar o “Fazendo a Diferença”, que promove processos de mobilização social e educação ambiental para a população de municípios com menos acesso a esse tipo de iniciativa. A ação, em execução até o final do ano nas cidades de Chavantes - SP e Ribeirão Claro - PR, na divisa dos dois estados, terá aulas adaptadas para o ambiente online, com as oficinas práticas respeitando os protocolos sanitários. Por meio dessas ações com a comunidade local, serão articulados o conhecimento e a prática de tecnologias ambientais de baixo custo, como aquecedores solares, abordando temas como “energia, produção e consumo consciente”.

A realização do evento “Museu da Energia de Portas Abertas”, ainda com patrocínio da CTG Brasil, passou por uma adaptação em virtude da pandemia. Pela primeira vez, o evento será realizado nas três unidades, em São Paulo, Itu e Salesópolis. O projeto promove a ocupação do espaço museológico com a articulação de parceiros, visando a realização de atividades gratuitas e abertas ao público em geral, como apresentações de música e dança, teatro, exposições e oficinas. Em 2020, a realização das ações educativas e culturais, especialmente no contexto atual, terão como foco a valorização e o apoio aos artistas locais e a outros profissionais das regiões onde estão sediados os Museus da Energia. Todas as ações serão produzidas em formato audiovisual para os canais oficiais.

Quanto à retomada das ações presenciais dos Museus da Energia, estão sendo estudadas as devidas adaptações nos ambientes dos museus para um retorno seguro, com a utilização de agendamentos, roteiros especiais, e com todas as normas de segurança garantidas aos visitantes e às equipes, assim que o Governo do Estado autorizar a reabertura dos espaços culturais, de acordo com as fases estabelecidas para cada cidade paulista pelo Centro de Contingência da Covid-19.

Considerações Finais

Em 2020, o reposicionamento institucional da Fundação Energia e Saneamento, que já previa a necessidade de uma mudança de perspectiva que valorizasse um olhar ao passado para refletir sobre o futuro e contribuir, de forma ativa, na transformação social, acabou se materializando com as questões levantadas com a pandemia. A instituição, que sempre produziu e preservou material de referência para entender a história das cidades e do processo de eletrificação e urbanização, intrinsecamente ligados – e sem esquecer, também, da gestão dos recursos hídricos e ambientais –, mudou sua atuação, agora mais propositiva, justamente no momento em que a humanidade precisa reavaliar a maneira com que interage com a natureza, e os possíveis desequilíbrios ambientais decorrentes dessa relação.

Em um mundo atravessado por uma crise sanitária e política, vislumbra-se a necessidade de reflexão, pela sociedade, sobre as formas hegemônicas de vida urbanas, globalizadas e de alta densidade populacional. Os desafios do mundo contemporâneo instigam o repensar da vida em sociedade e a busca por um futuro mais equilibrado e saudável, e o abandonar de uma visão dualista entre humanidade e natureza, uma das questões centrais na atualidade.

Além de promover, como organização da sociedade civil, no campo teórico, a discussão desse novo paradigma, a Fundação se viu obrigada, assim como outras instituições culturais, a rever e adaptar as suas formas de ação prática nas comunidades em que atua. O cenário de pandemia demonstra que o novo propósito da organização está calibrado para os novos desafios da humanidade, e mais que participar da construção de um futuro mais equilibrado, a verdadeira provocação reside na capacidade de contribuir para as mudanças no presente.

Referências

DEAN, W. **A industrialização de São Paulo (1880 - 1945)**. São Paulo: Difel, 1969.

GIOVANINI, D. Tietê e a História que não foi: o plano de Saturnino de Brito. **Fundação Energia e Saneamento**, São Paulo, 2020. Disponível em: http://www.energiaesaneamento.org.br/media/191552/202009_fes_ndp_artigo_tiete.docx.pdf. Acesso em: 28 set. 2020.

CAPÍTULO 2

ENCONTROS COMUNITÁRIOS VIRTUAIS: uma experiência, em Defesa Civil, no enfrentamento da COVID-19

Denise Tarin¹

Rodrigo Werner²

Gabriela Franco Dias Lyra³

Heloiza Helena Nunes da Silveira⁴

Aline Possa Silva Anjos⁵

Christiane Bazoli⁶

Rodrigo D'Almeida⁷

Marcelo Vieira⁸

Júlia Santana⁹

¹ Procuradora de Justiça, titular da 7ªPJTC-MPRJ, Coordenadora e fundadora do Programa Segurança Humana-MPRJ; Mestre em Gestão Ambiental, Laboratório de Engenharia – LATEC-Universidade Federal Fluminense; Integrante do Comitê Gestor do projeto Encontros Comunitários Virtuais. E-mail: detarin@mprj.mp.br

² Engenheiro Civil (UERJ), Tenente Coronel do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, Diretor do Instituto Científico e Tecnológico de Defesa Civil da Secretaria de Estado de Defesa Civil; Integrante do Comitê Gestor do projeto Encontros Comunitários Virtuais; Mestre em Engenharia Nuclear (IME); Doutorando em Engenharia de Defesa (IME). E-mail: werner.rodrigo@gmail.com

³ Assistente Social (UFF); Oficial de Saúde do CBMERJ, lotada no Instituto Científico e Tecnológico de Defesa Civil da Secretaria Estadual de Defesa Civil do Rio de Janeiro; Mestre em Saúde da Criança e da Mulher (IFF/FIOCRUZ); Integrante do Comitê Gestor do projeto Encontros Comunitários Virtuais. E-mail: gabifdl@gmail.com

⁴ Médica Pediatra do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (UFRJ); Tenente Coronel Médica do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro; Mestre em Saúde da Criança e do Adolescente (UFRJ); Integrante do Comitê Gestor do projeto Encontros Comunitários Virtuais. E-mail: heloalergia@gmail.com

⁵ Assistente Social (UFRJ); Tenente Oficial de Saúde Assistente Social, do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro; Mestre em Serviço Social (UFRJ); Especialista em Serviço Social e Saúde (UERJ) Integrante do Comitê Gestor projeto Encontros Comunitários Virtuais. E-mail: alinepossa83@gmail.com

⁶ Assistente Social do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (DAS/CBMERJ); Especialista em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz); Especialista em Serviço Social e Saúde (UERJ); integrante do Comitê Gestor do projeto Encontros Comunitários Virtuais. E-mail: chrisbazoli@gmail.com

⁷ Comunicador Visual (Estácio); Mestre em Práticas para o Desenvolvimento Sustentável (UFRRJ); Designer em Sustentabilidade (Gaia Education); Especialista em Ajuda Humanitária (Sphere Project); Integrante do Comitê Gestor dos Encontros Comunitários Virtuais. E-mail: rodrigo.terramagica@gmail.com

⁸ Assistente Social; Major Bombeiro Militar; Coordenador de Pesquisas do Decanato do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde; Líder do Grupo de Pesquisas do CNPQ Josué de Castro: Engajamento Público, Pobreza, e instituições no âmbito da saúde coletiva; Membro da Cátedra Internacional de Interculturalidad y Pensamiento Crítico. De la Universidad del La Serena no Chile. Professor Agregado da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio; Integrante do Comitê Gestor do projeto Encontros Comunitários Virtuais. E-mail: mlucianopuc@gmail.com

⁹ Cientista Social (UFF); Mestre em Sociologia Política (IUPERJ); Membro do Programa Segurança Humana-MPRJ; Integrante do Comitê Gestor do projeto Encontros Comunitários Virtuais. E-mail: julialimasantana@gmail.com

Introdução

O presente capítulo apresenta, por meio do relato da experiência, os *Encontros Comunitários Virtuais*, um espaço de integração entre representantes do poder público, do poder econômico, de organizações não governamentais e de comunidades para a ação conjunta de enfrentamento da crise sanitária planetária da COVID-19, reconhecida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 11 de março de 2020.

Como pressuposto, para que consigamos visualizar os desdobramentos destacados na presente reflexão, faz-se necessário reconhecermos, tal qual prescreve a Política Nacional de Defesa Civil, que vivemos em uma situação de desastre.

É de conhecimento público e notório que a pandemia atingiu fortemente as comunidades, tornando-as ainda mais vulneráveis, uma vez que as condições básicas para a existência humana já estavam comprometidas, em decorrência do elevado *déficit* social que permeia historicamente os aglomerados subnormais. As questões macroestruturais e crônicas ora existentes nestes territórios, tais como: a falta de saneamento básico; as precárias condições de moradia, associadas à aglomeração nas habitações; a falta de trabalho formal e renda; bem como a falta de segurança alimentar – que garanta não só os requisitos de sobrevivência, mas também a conjuntura sanitária adequada, exponencia a gravidade do impacto do desastre na rotina das pessoas.

Merece registro que a pandemia só perde importância do seu poder letal quando deixa o cenário das classes mais abastadas e se localiza no território

¹⁰Funcionária Pública Municipal; Líder Comunitária; Monitora Socioambiental (UFRJ); Coordenadora da NUDEC do Vale do Cuiabá e adjacências – Petrópolis; Integrante do Comitê Gestor do projeto Encontros Comunitários Virtuais. E-mail: cristinanudec@gmail.com

¹¹ Funcionária Pública Municipal; Auxiliar técnica em Defesa Civil; Integrante do Comitê Gestor do projeto Encontros Comunitários Virtuais. E-mail: celiabmacedo@bol.com.br

¹² Comunicadora Social (UFRJ); Designer em Sustentabilidade (Gaia Education); MBA em Gestão Social (UCAM); Mestranda em Práticas para o Desenvolvimento Sustentável (UFRRJ); Gestão Pública e Agenciamento Cultural (Fundação Cecierj); Integrante do Comitê Gestor do projeto Encontros Comunitários Virtuais. E-mail thatha_ferreira@hotmail.com

das comunidades periféricas. A magnitude do desastre é minimizada diante da narrativa do poder público, da iniciativa privada (os donos dos meios de produção) e da grande mídia do “necessário” e “urgente” retorno à “normalidade”. Quando tal discurso toma conta da sociedade percebemos que pandemia já não lhes assusta mais é, justamente nesse momento, que a crise sanitária alcança, em progressão geométrica, às classes subalternas, revelando as desigualdades e o esgarçamento do tecido social.

Nessa moldura, a resiliência comunitária, as ações de prevenção de desastres, a integração entre as instituições e a escuta social tomam importância e fortalecem a busca de alternativas para a preservação da vida humana. Tem-se aqui, elementos de um paradigma que nos ajudam a pensar como ocorre a construção e aplicação de uma metodologia que engloba os conceitos supra descritos e para além disso, como se daria a operacionalização por meio da instituição Defesa Civil.

Diante da complexidade dos fenômenos mostrados pela pandemia e a conexão entre eles, como a segurança sanitária, alimentar, hídrica, econômica e comunitária, surge a necessidade de novos conceitos e de soluções emergentes. Nesse contexto, aplica-se o conceito operacional de segurança humana, o qual decorre da necessidade de ações concretas, no território, com o protagonismo da pessoa humana e fundado no diálogo, na comunicação, na parceria e na integração.

O fundamento das articulações e ações que propiciaram a concretização da experiência *Encontros Comunitários Virtuais* é uma resposta à seguinte pergunta: o que podemos fazer juntos no enfrentamento da COVID-19?

Pandemia por Covid-19: um desastre natural, de origem biológica

Com base na Política Nacional de Defesa Civil, a pandemia por COVID-19 é considerada um desastre de causa natural e biológica, cuja percepção se conecta diretamente com a missão da Política de Defesa Civil de Proteção à Vida. Constituída pela Lei nº 12.608 de 10 de abril de 2012 (BRASIL, 2012), a política pública está organizada de maneira sistêmica, e intitula-se Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC).

Igualmente, a Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE) categoriza a pandemia, quanto à sua origem como desastre:

BIOLÓGICO 1. Epidemias 1. Doenças infecciosas virais 0 1.5.1.1.0 2. Doenças infecciosas bacterianas 0 1.5.1.2.0 3. Doenças infecciosas parasíticas 0 1.5.1.3.0 4. Doenças infecciosas fúngicas 0 1.5.1.4.0 2. Infestações/Pragas 1. Infestações de animais 0 1.5.2.1.0 2. Infestações de algas.

Assim, compreender a pandemia como um desastre é essencial para o enquadramento do tema e consequente aplicação da legislação, das metodologias, das ferramentas e instrumentos já existentes, com foco na gestão e solidariedade entre os entes da federação.

O conceito legal ao conceber o desastre como “resultado de eventos adversos”, entende a causa como a centralidade da catástrofe e não os seus efeitos concretos para os mais vulneráveis. Efetivamente, se determinado grupo social já era vulnerável antes do desastre, com o evento a fragilidade só aumenta.

Segundo Valencio:

Embora os processos mais estruturais de desigualdade e injustiça social estejam presentes na persistência e disseminação dos desastres pelo país, é possível supor que a forma como essa crise tem sido interpretada institucionalmente, respaldando as práticas de seu meio técnico-operacional com os grupos sociais mais afetados, também contribua para esse problema. (VALENCIO 2014, p. 363)

Segurança humana e sua aplicabilidade na pandemia

O conceito de segurança humana se delineia por ocasião da Declaração Universal dos Direitos Humanos (UNITED NATIONS, 1948), que em seu art. 22 estabelece que toda a pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e pode legitimamente exigir a satisfação dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis, graças ao esforço nacional e à cooperação internacional, em harmonia com a organização e os recursos de cada país.

Contudo, o termo segurança humana só foi referido, oficialmente, pela primeira vez, em 1994, no Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) do

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com foco no indivíduo e em suas liberdades, no fortalecimento dos direitos humanos e sua interface com o desenvolvimento sustentável. Nessa linha, o PNUD registra sete dimensões da segurança:

Figura 1: Segurança Humana – um conceito multidimensional



Fonte: Elaborado pelos autores, 2020

Quando dos seus estudos sobre o tema, Oliveira afirma que:

Portanto, a base da segurança humana seria a proteção dos indivíduos, tanto da violência física, como das condições de vulnerabilidade, que emergem dos contextos de desigualdade socioeconômica. E são essas características que nos levam a crer, que a proposta da segurança humana, inicialmente foi concebida, como um discurso e uma tentativa de se levar ações políticas para a periferia. (OLIVEIRA, 2011, p.106)

Assim, a perspectiva da segurança humana se coaduna com responsabilidade do Estado de proteger a pessoa humana, nas suas liberdades vitais e no enfrentamento dos riscos ou circunstâncias adversas. Ao centrar-se no indivíduo, deve o poder público identificar e valorizar os pontos fortes da pessoa humana, no seu contexto social e realizar ações concretas para prevenir e/ou minorar as ameaças.

De acordo com Ávila, Mattedi e Silva (2017), o modelo ideal de Gestão de Risco em Desastres – GRD deve compreender não somente a gestão inter e transdisciplinar, mas também deve envolver os saberes das populações locais e a organização comunitária.

Fortalecimento da resiliência comunitária como método

O termo resiliência, foi inicialmente estudado no campo da física sendo empregado para descrever a capacidade de um material retornar ao seu estado original depois de ser submetido a uma pressão (GUNTHER et al., 2017). No final da década de 1960 e 70, a resiliência passou a ser estudada, no âmbito do indivíduo, pela psicologia e psiquiatria, sendo descrita como “a capacidade de resistir às adversidades, a força necessária para a saúde mental estabelecer-se durante a vida, mesmo após a exposição a riscos” (ASSIS et al., 2008).

Na Defesa Civil, o conceito de resiliência começou a ter destaque através do Marco de Ação de Hyogo (2005-2015) com a criação da campanha "Construindo cidades resilientes", lançada internacionalmente em 2010, a cargo do Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres – (UNISDR/ONU) e, no Brasil, em 2017, pelo Ministério da Integração Nacional. O termo “resiliente” está também presente na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, incluso em um dos objetivos para ações de prevenção na redução dos riscos a desastres, destacando o estímulo ao desenvolvimento das cidades (BRASIL, 2012).

Igualmente, como descrito pelo UNISDR/ONU, o conceito de resiliência é considerado como a capacidade de um sistema, comunidade ou sociedade expostos a ameaças, de resistir, absorver, adaptar-se e recuperar-se dos seus efeitos em tempo hábil e de forma eficiente, o que inclui a preservação e restauração de suas estruturas essenciais e funções básicas (GUNTHER et al., 2017, p.37).

Além das medidas estruturais de redução de risco e desastres, a resiliência comunitária precisa ser incluída na pauta das agendas públicas para que as populações vulneráveis possam estar de fato preparadas e fortalecidas para lidar de forma resiliente com as situações adversas.

Com o pensamento assentado na necessidade de consolidar a resiliência comunitária, prevalece a valorização do diálogo entre os agentes públicos e a população alvo da política de defesa civil, uma vez que toda e qualquer intervenção no território afetado baseada somente em conhecimentos técnicos, sem considerar as características, valores e conhecimentos de certa

comunidade, não contribui de forma satisfatória para uma relação que favoreça a alcançar, sob o ponto de vista prático, a segurança da pessoa humana.

Na mesma linha, são os ensinamentos de Dutra, Ribeiro e Da Silva:

Por essa razão, defende-se uma maior articulação entre as diferentes políticas, (...), de modo a construir uma agenda que possibilite pensar o desastre como um processo, formas preventivas e mitigadoras e ações de preparação que sejam efetuadas antes da ocorrência do impacto, como a construção coletiva de mapas de risco, identificando os líderes comunitários e as áreas seguras, articulando a participação social e comunitária pré-impacto. (DUTRA, RIBEIRO e DA SILVA, 2020, p.133)

A comunicação comunitária propiciando o diálogo público

A comunicação é um campo não apenas de estudo e prática; é, também, um campo de direito – em nível individual e coletivo. E o direito à comunicação não diz respeito apenas ao acesso à informação, mas, sobretudo, à produção de narrativas (autônomas) e aos meios de difusão de conteúdo. Nesse quadro, a comunicação que sustenta e permeia os *Encontros Comunitários Virtuais* traz como questão central a participação do cidadão e das suas organizações coletivas na condição de protagonistas no processo da construção de narrativas e de transformação social.

Portanto, o conceito de comunicação que nos norteia é o de comunicação comunitária, que é invisível às grandes audiências, mas que se evidencia em forças vivas nas comunidades onde se insere; ou melhor, em comunidades que a utiliza como esteio para a pluralidade, para a organização e mobilização social. É uma comunicação independente, sem fins lucrativos, que se compromete, acima de tudo, com os interesses e reivindicações das comunidades, assume múltiplas formas, não está isenta de um campo de disputa e conflitos, tem potencial de educar para a cidadania e de romper a “cultura do silêncio” (nos termos de Paulo Freire) e se valida no próprio contexto socioterritorial em que ocorre, como indica Peruzzo:

São os meios comunitários que mais potencializam a participação direta do cidadão na esfera pública comunicacional no Brasil contemporâneo. Eles estão mais facilmente ao alcance do povo, se comparados com a grande mídia. Primeiro, porque se situam no ambiente em que as pessoas vivem, conhecem a localização e podem se aproximar mais facilmente. Processo

que é facilitado quando a comunicação se realiza a partir de organizações das quais o cidadão participa diretamente ou é atingido por suas ações. Segundo, porque se trata de uma comunicação de proximidade. Ela tem como fonte a realidade e os acontecimentos da própria localidade, além de dirigir-se às pessoas da “comunidade”, o que permite construir identificações culturais. Afinal a familiaridade é um dos elementos explicativos da mídia de proximidade. (PERUZZO, 2007, p.20)

Ainda, como ressalta Peruzzo (2002), a comunicação comunitária pode dar vazão à socialização do legado histórico do conhecimento, facilitar a compreensão das relações sociais, dos mecanismos da estrutura do poder (como compreender melhor as coisas da política), dos assuntos públicos do país, esclarecer sobre os direitos da pessoa humana, discutir os problemas locais e, inclusive, apoiar o compartilhamento de informações oficiais e seguras no enfrentamento à pandemia da Covid-19.

No entanto, para a concretização do envolvimento direto de pessoas das comunidades como protagonistas na produção e difusão de narrativas há de se existir canais abertos e desobstruídos de participação. Canais estes que, na maior parte das vezes, (ainda) requerem que a participação seja facilitada – como foi feito na experiência dos *Encontros Comunitários Virtuais*. Porque se a estratégia comunicacional for um fim em si mesma, continuará reproduzindo a tradicional prática verticalizada e unilateral, muitas vezes travestida de “democrática” ou “responsável”, mas que desenreda na doutrinação daqueles tidos como ignorantes e não como meio facilitador de um processo de autoemancipação cidade.

Quando dos estudos sobre o tema Peruzzo destaca que:

O que mais importa é a conjugação de princípios que favoreçam a autogestão popular, o respeito ao interesse social amplo e a inserção das pessoas como protagonistas da comunicação e organização populares. (PERUZZO, 2007, p.24)

Muitas mensagens nos meios de comunicação de massa não contemplam a realidade das periferias e, em consequência, não são aderentes à população desses territórios. Uma evidência dessa assertiva é o que está acontecendo durante a pandemia da Covid-19 nas favelas. Como lavar as mãos com frequência ou manter distanciamento social se não existe abastecimento de

água na favela e se as pessoas vivem aglomeradas em pequenas habitações? Nessas condições, é inevitável o surgimento da indagação: qual é o papel da comunicação em um desastre, em um momento de emergência como o que estamos vivendo com a pandemia do novo coronavírus? Periferias em que a comunicação comunitária é presente responderam a esta conjuntura, por exemplo, com uma campanha para o fortalecimento de uma rede de solidariedade entre moradores para que aqueles que têm água possam compartilhá-la com os que não têm.

A experiência vivenciada no *Encontros Comunitários Virtuais* nos possibilita afirmar que esse passo atrás tem que ser dado também por agentes públicos, no interesse social, vislumbrando que ressignificar a comunicação “oficial” em comunidades não é um ato de flexibilização ou benevolência; e sim um compromisso e responsabilidade com a segurança humana e com a vida e deve ser feita COM e não PARA a comunidade.

Encontros Virtuais Comunitários: um instrumento de transformação social.

A iniciativa *Encontros Virtuais Comunitários* é fruto da parceria entre a Secretaria de Defesa Civil do estado do Rio de Janeiro, por meio do Instituto Científico e Tecnológico em Defesa Civil (ICTDEC, 2020), do projeto Segurança Humana do Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) e da ONG *Save the Children*, como uma reorientação do projeto “Fortalecendo a Resiliência Comunitária” que estava em curso antes da pandemia e envolvia os mesmos parceiros. Em razão do desdobramento do projeto originário, outras parcerias foram envolvidas, como a Diretoria de Assistência Social do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (DAS/CBMERJ) e as Secretarias de Defesa Civil dos municípios do Rio de Janeiro e Niterói.

Os *Encontros Comunitários Virtuais* se conformaram como espaços de diálogo entre moradores, lideranças comunitárias, organizações governamentais e civis e entidades que atuam direta ou indiretamente nas comunidades participantes. O propósito foi dar visibilidade às percepções comunitárias e à produção de sentidos da experiência da Covid-19 daqueles grupos e, a partir de uma ação intersetorial, construir caminhos para uma relação envolta em novas

civilidades entre Estado/Ciência/Sociedade, a fim de identificar desdobramentos e soluções que contemplem a realidade das periferias, levando em consideração o protagonismo da sociedade civil.

A escolha das localidades baseou-se, principalmente, nas relações institucionais já existentes, em virtude de interações anteriores, tanto com relação ao ICTDEC (2020), quanto ao projeto Segurança Humana do MPRJ. São eles: o complexo da Rocinha no município do Rio de Janeiro, o Morro do Preventório, no município de Niterói, o distrito de Aldeia Velha, situado no município de Silva Jardim, na região da baixada litorânea e várias comunidades do município de Petrópolis, na região serrana do estado.

Além disso, cabe mencionar a temporalidade diferente em que os *Encontros Comunitários Virtuais* foram realizados junto a estes grupos sociais. Na Rocinha e no Preventório, os eventos ocorreram nos meses de maio e junho de 2020, ou seja, em um período em que ainda vivíamos as maiores restrições nos deslocamentos e o maior isolamento físico das pessoas. Já em Aldeia Velha ocorreu no mês de julho/2020 e, em Petrópolis, no mês de julho de 2020, meses que apresentaram maior flexibilização nas medidas de isolamento.

Para analisarmos as bases que alicerçam o desenvolvimento metodológico do projeto, tanto no que tange tecnologia social, quanto da esfera epistemológica, tem-se aqui a apresentação dos pontos norteadores. Considerando o pano de fundo já descrito, foram pinçados principais elementos que fundamentaram a criação desse novo aporte. Aqui, relembremos os elementos já explicitados: o reconhecimento da vigente situação de desastre; a informação e comunicação comunitária; a resiliência comunitária; e a preservação da vida e dos direitos do conceito multidimensional de segurança humana. Ressaltamos que estes interagem entre si e impulsionam o desenvolvimento da tecnologia social, que engloba conceitos de Defesa Civil, Comunicação, Ciência de Dados e missão das Nações Unidas, criando uma relação de sinergia.

Figura 2: Pontos norteadores



Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

Diante do atual panorama, partindo do pressuposto do que Dagnino (2004) afirma ser uma tecnologia social, pode-se dizer que essa experiência nos aponta algumas pistas no sentido de que sim, estamos em meio a construção de uma tecnologia social. Não seguimos propriamente um modelo específico, mas em meio a uma construção baseada no hibridismo metodológico, estamos caminhando nessa direção. Como destacado abaixo, o projeto foi estruturado em três fases:

Figura 3: Fases dos Encontros Comunitários



Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

A primeira fase foi a instalação do Comitê Gestor, composto por equipe multidisciplinar de profissionais de diversas áreas do conhecimento das instituições envolvidas. Essa instância executiva foi responsável pela articulação com representantes das comunidades, pela organização e realização dos encontros, pela posterior análise dos resultados e pela criação de estratégias para o fortalecimento das redes e ações comunitárias.

A segunda fase compreendeu a realização do que chamamos de *Encontros Comunitários Virtuais*, propriamente realizados em um ambiente *online* compartilhado, via plataforma de teleconferência, *Zoom*, onde os participantes podiam acessar pelo computador ou celular. Os participantes eram previamente informados do evento e do *link* de acesso à plataforma, a partir da divulgação de uma peça de comunicação virtual informativa e instrutiva do Encontro pelas redes sociais do projeto. O foco irradiador da difusão foram algumas lideranças comunitárias já conhecidas do Comitê Gestor e estas, por sua vez, cumpriram a tarefa de fazer uma ampla divulgação em suas comunidades, buscando, assim, envolver o maior número de pessoas interessadas nos Encontros Comunitários. O fortalecimento comunitário a partir da participação de diferentes atores possibilitou a criação de uma rede de acolhimento que estimulou a reflexão coletiva sobre o panorama situacional da pandemia nas localidades abrangidas pelo projeto, bem como a análise das medidas adotadas para garantir a segurança sanitária nas comunidades.

A terceira fase foi a construção do Plano Coletivo de Ação Comunitária que compreendeu o desenvolvimento de um plano de ação coletivo no território. O plano de ação foi moldado e alterado de acordo com as características e necessidades de cada comunidade. Em termos de procedimentos metodológicos, utilizou-se de pesquisa documental e exploratória, a partir de estudos e boletins estatísticos, planos de respostas que emergiram diante do cenário pandêmico, sobretudo, relacionado ao território de favelas, haja visto a deficiência de dados e indicadores, com último censo sociodemográfico realizado em favelas no Rio de Janeiro em 2010. Portanto, destacamos a importância da interação e do protagonismo dos moradores destas localidades, tanto no apontamento das questões, quanto para a construção de alternativas.

Vale salientar que a falta de dados e conhecimento decorre uma década

de ausência de informações mais precisas sobre os cenários social, político e econômico das comunidades participantes. E, apesar dessa já existente deficiência, ainda temos o atual momento em que a realização do Censo Demográfico 2020 se torna cada vez mais improvável. Uma vez confirmada a notícia que o Censo não se realizará, podemos assentir que haverá um verdadeiro apagão em grandes estratos da sociedade brasileira. O principal público a ser afetado, será justamente populações das diversas comunidades existentes no país.

Figura 4: Comunidades e planos de ação.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

Os *Encontros Comunitários Virtuais* foram iniciados a partir de um diálogo com os participantes acerca das condições objetivas e subjetivas no contexto de pandemia da Covid-19, buscando refletir, conjuntamente, a partir dos limites e possibilidades que se colocam, já que muitas questões foram de ordem macroestrutural, sendo de difícil tratativa imediata, sobretudo para a equipe do Comitê Gestor, no que tange às respostas por parte do poder público.

Utilizou-se também do método dialógico e reflexivo, sempre lançando uma pergunta em cada novo *Encontro Comunitário Virtual*, acerca de como aquela comunidade estava enfrentando a pandemia. Para tanto, foi desenvolvida uma estratégia de facilitação, tomando por base a perspectiva generativa. Perguntas generativas apresentam estruturas abertas que permitem a reflexão entre os participantes e não somente em busca de uma resposta ou solução. Uma perspectiva de diálogo baseada em necessidades que compreende o passado no presente e trabalha no presente como base para a construção de futuro. Neste sentido, a metodologia generativa foi uma ferramenta fundamental que permitiu a participação, o diálogo e a escuta nos *Encontros Virtuais Comunitários*, trazendo uma inovação na maneira de agir do poder público, aproximando e integrando o poder público e as comunidades.

Foi necessário reconhecer os diferentes momentos ou tipos de diálogos, seus objetivos, contextos e procedimentos para trabalhar com eles. Alguns são orientados para a inovação, a criação de sentidos, a busca de possibilidades, a valorização de recursos. Outros para a construção de caminhos possíveis e para implementação de alternativas (SCHNITMAN, 2016).

Os objetivos da facilitação abordada foram: 1) a criação de condições que possibilitassem a transformação de necessidades em ação comunitária; 2) a facilitação na construção conjunta de novos significados; 3) a promoção de cocriação para implementação de soluções.

O esquema abaixo, ilustra a abordagem de perguntas generativas para a promoção da narrativa dos participantes, reconhecendo seus motivos e expectativas a partir da escuta. Essa é a ignição para o diálogo onde a singularidade e o sentido de pertencimento geram uma reflexão conjunta baseada nas experiências e trocas entre os integrantes, para desenvolver um plano de ação onde possa haver inclusão, empoderamento e corresponsabilidade de todo o grupo social.

Figura 5: O modo como as histórias são contadas e seus significados.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

Além disso, as perguntas generativas utilizam como pressupostos: a criação de clima acolhedor, o estabelecimento de acordos, convite à curiosidade, exploração, interesse e ação conjunta, atenção às necessidades trazidas pelos participantes, fazer emergir as expectativas e desejos dos participantes. Dentre as perguntas, destacamos como exemplos: “Na sua percepção, quais são os pontos positivos que fortalecem ou podem fortalecer a sua comunidade neste momento de crise?”; “O que emergiu na sua comunidade com o isolamento social?”; “O que pode ser transformador se for aplicado na sua comunidade?”

Considerações finais

O desastre em que nos encontramos exige o reconhecimento que a pandemia está em curso. Quem nos afirma são a ciência e os dados.

Assim, os *Encontros Comunitários Virtuais* surgem como uma possibilidade de estreitar canais de diálogos com as comunidades em meio a este momento pandêmico, porque promovem a troca de conhecimentos e novos estudos, intersectorialidade das políticas públicas existentes nos territórios, comunicação entre agentes públicos e comunidade imersos em um contexto de isolamento social. O levantamento de demandas sociais, políticas e econômicas,

caracteriza os *Encontros Comunitários Virtuais* como um estudo híbrido, a partir da captação de diferentes dimensões que se integram.

Outro aspecto a ser realçado é a urgente necessidade de se pensar a realidade contemporânea de crise sanitária a partir do que preconiza a Política Nacional de Defesa Civil, não só na resposta aos impactos gerados neste desastre de origem biológica, mas, sobretudo, nas necessárias e contínuas ações de prevenção. Não podemos esquecer o recente estudo divulgado pelo IBGE, que conclui pela queda dos índices de segurança alimentar, em nosso país, em relação a 2013.

Entendemos que é de suma importância refletir sobre as urgentes ações de prevenção, a mitigação dos processos e a recuperação, a partir das proposições sequenciais às reuniões de aproximação comunitárias. E tais ações só se tornam possíveis quando há o protagonismo de discurso por parte da comunidade, ou seja, líderes comunitários e população local com “voz”, favorecendo a articulação junto às redes comunitárias e estimulando a reflexão dos agentes públicos. Nesta moldura, destacamos a importância da relação de diálogo e escuta entre comunidade e os profissionais de Defesa Civil. Esta via de mão dupla possibilita que esses profissionais considerarem e desenvolvam novas formas de intervenção e práticas, agregando saberes e conhecimentos, promovendo discussões coletivas nas comunidades que já estavam atuando em resposta ao cenário pandêmico.

Algumas conclusões foram produzidas pelos *Encontros Comunitários Virtuais*, dentre elas: o constante conflito dos dados e informações, com cada chefe do Executivo, em suas esferas, defendendo os próprios dados e informações, findaram por comunicar a falta de uma única estratégia em prol da coletividade, dos afetados e dos vulneráveis. Assim, não faltam só dados e informações, falta efetiva comunicação com planejamento e ações concretas, com a capacidade de salvar vidas.

Reconhecemos a importância do saber técnico e especializado de profissionais nos equipamentos públicos que atuam na área. Tendo como foco um pensamento baseado na intersectorialidade e integração, destacamos também, a relevância dos conhecimentos e saberes da população local. Estes são fundamentais tanto para uma resposta efetiva com o envolvimento e

participação da população atingida pelo desastre, bem como para a identificação, elaboração e desenvolvimento de ações preventivas no território, considerando seus saberes, experiências e vivências.

Ressalte-se que o projeto *Encontros Comunitários Virtuais* visa facilitar a comunicação entre os diferentes equipamentos públicos e políticas sociais nos territórios, como método, na mesma linha defendida por Dutra, Ribeiro e Da Silva:

(...) a intersectorialidade como um conjunto de ações que articula instituições e pessoas públicas ou privadas por meio do compartilhamento de saberes e da união de esforços, visando à definição de objetivos comuns, assim como a ampliação do alcance das políticas sociais em uma perspectiva de totalidade para a obtenção de melhores resultados no que se refere à garantia de direitos. (DUTRA, RIBEIRO e DA SILVA, 2020, p.128)

Com efeito, a experiência dos *Encontros Comunitários Virtuais* tangibilizou resultados cocriados, que vêm sendo usados pelas comunidades participantes e que podem ser multiplicados para outros grupos e territórios, como as cartilhas e vídeos socioeducativos; bem como mudanças de atitudes por parte dos agentes públicos das instituições envolvidas e desdobramentos para campanhas e projetos, como: a participação na Campanha CEMADEN, “Desastres, desastres, desastres”; os encontros virtuais “Compartilhando Conhecimentos”, cujo objetivo é a troca de conhecimentos e experiências profissionais, tendo como participantes a equipe do Comitê Gestor e convidados externos, a fim de discutir a temática Defesa Civil e suas múltiplas correlações; e a concepção e execução do Programa “PERTENCER”. Este tem por objetivo fortalecer a resiliência comunitária por meio da formação de redes colaborativas, para a redução de risco de desastres, com início programado para outubro de 2020, e será desenvolvido, a princípio, nos 4 municípios em que trabalhamos no estado do Rio de Janeiro.

O que isso tudo nos ensina é – primeiramente –, que o diálogo, a escuta e a troca de saberes nos possibilita permanente aprendizado; que a desconstrução e reconstrução de perspectivas a partir dos diferentes pontos de vista e com protagonismo comunitário são fundamentais para que avancemos na direção de uma sociedade menos desigual e com mais direitos; a importância

de reconhecermos e nominarmos os desastres para que possamos buscar o tratamento adequado de mitigação de seus impactos, principalmente junto à população mais afetada; e que a integração entre agentes públicos e comunidades, com o exercício mútuo de “poder com” e não de “poder sobre”, é um arrimo para a transformação social, para a proteção civil e para a segurança humana.

Referências

ASSIS, S.G. *et al.* **Resiliência na adolescência: refletindo com educadores sobre superação de dificuldades**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2008. Disponível em: <http://www6.ensp.fiocruz.br/repositorio/sites/default/files/arquivos/ResilienciaAdolescencia.pdf> Acesso em: 04 de outubro de 2020.

AVILA, M. R. R.; MATTEDI, M. A.; SILVA, M. S. da. Serviço Social e desastres: campo para o conhecimento e a atuação profissional. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 129, p. 343-365, mai/ago de 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n129/0101-6628-sssoc-129-0343.pdf> Acesso em: 20 de setembro de 2020.

BRASIL. **Lei 12608 de 10 de abril de 2012**. Institui a Política Nacional de Defesa Civil. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm. Acesso em: 20 setembro de 2020.

DAGNINO, R. **Tecnologia Social**: contribuições conceituais e metodológicas [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014, 318 p. ISBN 978-85-7879-327-2. Disponível em: <http://www.scielo.org> Acesso em: 20 de setembro de 2020.

DUTRA, A. S.; RIBEIRO, E.; DA SILVA, R. A intersectorialidade em pauta: uma breve análise das políticas de assistência social e de proteção e defesa civil. **Vértices**, Campo dos Goytacazes/Rj, v. 22, n. 1, p. 123-135, jan./abr. 2020.

GUNTHER, W.R. *et al.* O desafio da avaliação da resiliência comunitária aos desastres: uso de indicadores. In: GUNTHER, W. R.; CICCOTI, L.; RODRIGUES, A. C. (org.). **Desastres**: múltiplas abordagens e desafios. Rio de Janeiro: ELSEVIER, 2017. p. 33-48

ICTDEC. **Ações de Combate à COVID-19**: Comunidades da Rocinha. Rio de Janeiro: Instituto Científico e Tecnológico de Defesa Civil, 2020. 45 p. (Relatório de Ações dos Encontros Comunitários)

OLIVEIRA, A. B. de. **Segurança Humana**: avanços e desafios na política internacional. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2011.

PERUZZO, C. M. K. Comunicação comunitária e educação para a cidadania. **Revista Pensamento Comunicacional Latino Americano**, São Bernardo do Campo: Cátedra Unesco-Umesp, v. 4, n. 1, p. 1-9, 2002. Disponível em: www.metodista.br/unesco/pcla.

PERUZZO, C.M.K. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. **Lumina**, Juiz de Fora, v. 1, n. 1, 5 jun. 2007.

SCHNITMAN, D. **Para isso, é necessário reconhecer os diferentes momentos.** Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-78412016000300006. Acesso em: 04 de outubro de 2020.

TARIN, D. O Desastre provocado pela COVID-19: a crise na gestão pública e o papel da Defesa Civil na prevenção e resposta. In: VALENCIO, N.; OLIVEIRA, C. M. (org.). **COVID-19. Crises entremeadas no contexto de pandemia (antecedentes, cenários e recomendações.** São Carlos: UFSCar/CPOI, 2020, p. 57-71. Disponível em: <https://www.sibi.ufscar.br/arquivos/covid-19-crises-entremeadas-no-contexto-de-pandemia-antecedentes-cenarios-e-recomendacoes.pdf> Acesso em: 04 de outubro de 2020.

UNITED NATIONS. **Universal Declaration of Human Rights.** 1948. Disponível em: https://www.un.org/en/udhrbook/pdf/udhr_booklet_en_web.pdf. Acesso em: 04 de outubro de 2020.

VALENCIO, N. F. L. S. Desastres: tecnicismo e sofrimento social. **Ciênc. Saúde Coletiva** [online]. Rio de Janeiro, 2014, v. 19, n. 9. p. 3631. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014000903631&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 de outubro de 2020.

CAPÍTULO 3

PERDAS, MORTE E LUTO: a experiência do sofrimento durante uma pandemia

Elaine Gomes dos Reis Alves¹

Introdução

O luto é o período mais difícil da vida do ser humano. Passar por ele durante uma pandemia, e com isolamento social, exige um desgaste de energia e um estresse ainda maior. Qualquer pessoa enlutada necessita de cuidados e acolhimento específicos e, durante a pandemia, esses cuidados precisam ser redobrados (FIOCRUZ, 2020a). Porém, a soma do tabu sobre a morte e o morrer, associado ao medo do contágio e a necessidade de se manter recluso, totalizam nos sentimentos de solidão e abandono, com risco de adoecimento.

O objetivo deste texto é esclarecer o conceito de morte escancarada e a importância dos rituais fúnebres e da vivência de um luto saudável. Também, esclarecer a dificuldade de experimentar o luto saudável em tempos de pandemia e a necessidade de cuidados específicos.

Importante entender que, diferente de outros desastres, a pandemia do coronavírus COVID-19 é um desastre lento. Utilizando a metáfora de um *tsunami*, é como uma onda que continua passando e não se sabe quando irá recuar. A humanidade está sob ela, desejando e precisando emergir para respirar, porém, sem perspectiva de quando, nem como.

A paisagem não mudou. A arquitetura (prédio, casas, estradas etc.) continua intacta, há serviços essenciais e pessoas aparentemente tranquilas nas

¹ Psicóloga, docente e pesquisadora. Pós-Doutorado e Doutorado pelo Instituto de Psicologia USP (Temas: Perdas e Luto; Emergências e Desastres). Pesquisadora Convidada do Laboratório de Estudos Sobre a Morte, do Instituto de Psicologia USP (LEM-IPUSP). Pesquisadora do Centro de Estudos e Pesquisas em Emergências e Desastres da Universidade de São Paulo (CEPED-USP). Fundadora da Prestar Cuidados em Psicologia. Coordenadora do Núcleo de Intervenções Psicológicas em Emergências e Desastres – NIPED. Especialização em Redução do Risco de Desastres e Desenvolvimento Local, pelo CIF/OIT/ONU, Turim, Itália. E-mail: elaine@prestarcuidados.com.br

ruas. O risco é invisível. No entanto, como todo desastre, trouxe, além da perplexidade, muitas perdas e, conseqüentemente, muitos lutos.

No dia 13 de março de 2020, os brasileiros perderam seu mundo presumido, ou seja, a vida que conheciam. A partir daquele dia, não mais sabiam como seria a vida dali em diante. Perderam suas rotinas. Muitas perderam o emprego e outras tiveram perda (redução) salarial, implicando em outras perdas. Empresas faliram.

O isolamento social, além de medo e incertezas, trouxe a perda do contato com entes queridos. Crianças, adolescentes e jovens perderam a escola e o estar com amigos, tão importante nessa fase da vida. Idosos ficaram ainda mais isolados e solitários, principalmente aqueles que vivem em instituições.

Tais perdas são apenas algumas das conseqüências de uma pandemia, que também geram luto: um luto não autorizado. Elas trazem angústia, dor e sofrimento intenso que, por não ter validação ou reconhecimento, têm potencial para causar adoecimento.

De acordo com a Fiocruz (2020b), estima-se que, entre um terço e metade da população exposta a uma epidemia possa vir a ter alguma conseqüência em saúde mental.

A morte, o adoecer e a doença, o isolamento social, as perdas de renda e trabalho, o acúmulo de dívidas e a incerteza em relação ao futuro são reconhecidos fatores com impactos na saúde mental. São acentuados em situações de emergências em saúde pública, tornando a sensação de medo uma experiência compartilhada coletivamente [...]. Para o profissional de saúde, reconhecer a singularidade deste cenário é crucial para determinar a busca por conhecimento oportuno e em tempo hábil (KABAD et al, 2020).

No caos, frente aos diversos tipos de perdas e aos conseqüentes sentimentos e comportamentos, o cuidado com a saúde mental e o apoio psicossocial (SMAPS) podem prevenir o adoecimento mental. Desastres, por sua especificidade, exigem intervenções especializadas. Eles estão sempre acompanhados da *morte escancarada*, que dificulta a elaboração de um luto saudável.

Morte e Luto

O mundo computava mais de um milhão de mortes por COVID-19 no início de outubro de 2020 (OPAS/OMS, 2020). Se considerarmos o mínimo de duas pessoas enlutadas para cada indivíduo morto, teríamos mais de dois milhões de indivíduos em sofrimento intenso, no planeta Terra, somente pela pandemia.

Como a notícia é recebida, o tipo de morte, o vínculo estabelecido com a pessoa falecida, a capacidade individual para lidar com crises e outras subjetividades serão diferenciais significativos na experiência e elaboração do próprio luto.

O luto é um processo único, singular e individual e, segundo Parkes (1998), a pior fase de toda uma existência humana. Cada um o experimenta de um jeito e no seu tempo interno, independente e indiferente ao tempo cronológico, mas sim, no tempo que cada um precisa para entender que a morte é irreversível. É um período de estresse intenso e vários ajustes internos são necessários para a reorganização da vida.

Quando se perde alguém, muitos sentimentos e emoções surgem de forma avassaladora. Há tristeza profunda, inconformismo, saudade e uma diversidade de experiências físicas, sociais, psicológicas e espirituais. É comum se sentir confuso, com medo, raiva, inveja, culpa e amor. Os sentimentos se sobrepõem uns aos outros, de forma intensa e desorganizada, e causam insegurança e ansiedade.

O luto é o preço do amor!

A morte concreta

No momento em que finalizo este capítulo (início de outubro/2020), o Brasil notifica aproximadamente mais de 146 mil mortes por coronavírus COVID-19 (BRASIL, 2020), uma média de 850 mortes/dia. A cidade de São Paulo/SP, que em tempos normais computa em média 240 enterros/dia, precisou organizar um Plano de Contingência para quando o número de mortes ultrapassa 400 corpos/dia. Nesse caso, as famílias não podem escolher os cemitérios onde seus entes queridos serão sepultados (LIAN, 2020) e não há velórios.

Associada a essas medidas, necessárias, porém agressivas, outras também agressivas se impõem: Os velórios, quando possíveis, têm limite de até dez pessoas e durabilidade de, no máximo, duas horas, com caixão lacrado.

Antes ainda: quando a pessoa com COVID-19 precisa de hospitalização, se houver morte, na maioria das vezes é no momento da internação que doente e familiar se veem pela última vez. E, nem sempre se despedem. Ali se inicia a dor, angústia, tristeza e esperança, de ambos os lados. Tem início o “luto antecipatório”, à distância e sem despedidas. Esperança de que a pessoa volte para casa, medo de que a morte vença e pensamentos de como será a vida sem aquela pessoa. À medida que a doença evolui, a esperança diminui e o medo aumenta.

Quando a morte acontece, a família é avisada e não há mais contato com o corpo do ente querido. Ritos funerários rápidos, ou sem ritos de despedidas e falta de acolhimento, a família enlutada volta para casa para viver seu luto em isolamento social. Sem a possibilidade de uma despedida adequada e experimentando um luto solitário, com poucos recursos para compartilhamento da dor, aumenta o risco para o “luto complicado”.

Morte Escancarada

Acidentes, desastres, homicídios e suicídios carregam o retrato da “*morte escancarada*” (Kovács, 2003), definição para a morte inesperada, repentina, violenta, pública e sempre traumática. Invade a vida de cada indivíduo afetado, causa choque, desestabiliza, instiga curiosidade e inibe a expressão dos sentimentos. Ela excede a capacidade de resposta, provoca alterações significativas em cada família e dificulta a proteção e o controle de suas consequências. Pessoas ficam expostas e indefesas.

Eles falavam que estava tudo bem. Ele já tinha ido antes no hospital e tido alta, porque não era do grupo de risco. Quando voltou foi internado. **Foi de repente**, não dá para entender”, declarou. Entre as outras famílias, apesar de doenças prévias, os parentes também citam que a saúde e a vida das vítimas eram normais, e **por isso a morte é difícil de ser digerida**. (GASPARELO, 2020) – *grifos meus*.

Na pandemia, embora em muitos casos seja repentina, nem sempre a morte é inesperada, mas é assustadora, violenta, traumática e pode desestabilizar, principalmente em casos de perdas múltiplas.

A *morte escancarada* é um evento público com muitas pessoas envolvidas (familiares, comunidade, profissionais de saúde), inclusive a mídia. Há exposição das pessoas e suas histórias tornam-se objetos de comentários, críticas e julgamentos. Na COVID-19 não é diferente, a vítima e seus familiares também ficam expostos. O depoimento abaixo mostra a indignação pela divulgação de uma notícia inverídica sobre a morte do familiar, que “salvava vidas” (e isso, sim, poderia ser divulgado).

Em todos os relatos dos familiares, o principal questionamento é da imagem passada pelas vítimas nas divulgações. Em meio ao sofrimento, a indignação, segundo eles, é que os dados oficiais criam uma imagem de vítima já com problemas de saúde e "debilitadas", o que nem sempre acontece. [...], prima de [...], diz que apesar da divulgação por parte da Prefeitura citar comorbidade, Marcelo não apresentava nenhuma doença, e morreu pela atuação na linha de frente da pandemia. "Eles não sabem o que aconteceu. Falaram que Marcelo tinha doença e não tinha. Não tem que passar essa imagem em que as pessoas acham que só quem tem doença vai morrer. Ele era saudável, fazia academia, nunca bebeu nem fumou. Estava salvando vidas e acabou perdendo a dele". (GASPARELO, 2020). – Grifos meus.

No caos, frente aos diversos tipos de perdas que acompanham as pandemias e aos consequentes sentimentos e comportamentos das pessoas, a intervenção deve ser imediata. Situações de emergência e desastres exigem intervenções especializadas. Nesse momento se perde muito mais do que a pessoa que morreu, perde-se a vida que se tinha até aquele momento. A perda pode ser única ou múltipla. Também se perde a identidade, a confiança e, algumas vezes, também a dignidade.

Desde abril/2020, nós, do Núcleo de Intervenções Psicológicas em Emergências e Desastres – NIPED - grupo que coordeno - atendemos pessoas que perderam seus cônjuges e um ou mais filhos; filhos que perderam um ou os dois pais; outros perderam várias pessoas da família. Profissionais de saúde que perderam todas as pessoas com quem moravam e se culpam, acreditando que levaram o vírus para casa e mataram seus entes queridos. Muitos se privaram

da convivência com a família, passaram a morar sozinhos com medo de infectar outras pessoas. Como consequências surgem os adoecimentos e ideias suicidas.

Perdas múltiplas e simultâneas são mais traumáticas e podem minar as redes de apoio necessárias. A sensação de impotência faz com que se tenha a impressão de que todos os mecanismos aprendidos ao longo da vida, para enfrentar dificuldades, não servem mais. O indivíduo fica sem defesas.

Infelizmente, é comum a desvalorização e banalização da perda. Se a pessoa sobrevive a COVID-19, mas fica com sequelas, perde o direito de sofrer por elas e pode até ser cobrado no dever de agradecer: “*O importante é estar vivo. Agradeça!*”. Algumas vezes a pessoa demora para perceber que está viva...

Quando a morte acontece, frases de apoio, como “*você ainda tem seus filhos*”, “*é preciso ser forte*”, “*Deus quis assim*” e outras, que parecem ser um consolo, na verdade são desrespeitosas com aqueles que estão em sofrimento intenso, mesmo que a intenção seja a melhor possível. Tais atitudes dificultam o pesar (experiência de tristeza profunda ou violenta) e o processo de luto (a expressão dessa tristeza).

Estatísticas mostram que, após eventos extremos, os casos de suicídios costumam aumentar (FIOCRUZ, 2020c). Entretanto, nos Estados Unidos, a taxa de suicídio diminuiu no país após alguns desastres. Esse fato pode apontar para o “*pulling-together effect*”, quando aqueles que compartilham determinada experiência se apoiam e se fortalecem (REGER, STANLEY e JOINER, 2020). Também chamado de “luto coletivo”, próprio de perdas em massa que, apesar de traumática – com risco para luto complicado – propicia melhor elaboração do luto.

Importante lembrar que pandemias têm características diferentes de outros desastres, como esclarecido anteriormente. Por ser um evento extremo lento, contínuo e que não permite aglomeração de pessoas, o compartilhamento da experiência, ou o “luto coletivo”, não é possível. Assim, o sofrimento é potencializado, aumentando os riscos. Embora os profissionais de saúde tenham observações sobre casos de suicídios, ainda não existem dados sobre suicídios durante a pandemia.

Apenas para ilustrar, sabendo-se dos riscos do uso de álcool para suicídios, a Associação Brasileira de Estudos do Álcool e outras Drogas (Abead) publicou, em maio, um crescimento de 38% na venda de bebidas alcoólicas durante a quarentena (FIOCRUZ, 2020d).

Enfim, no aspecto psicológico, não existe dor maior ou menor, mais ou menos importante (diferente de necessidades médicas). A mesma atenção e cuidado deve ser dispensada às pessoas que sofrem pela perda de entes queridos, da empresa, do emprego, da renda salarial, da vida anterior a pandemia e outras.

Toda perda, dor e sofrimento precisam ser reconhecidos, validados, valorizados e cuidados. Julgamentos e críticas só atrapalham nesse momento. As pessoas envolvidas perdem a referência, os sentidos, não sabem o que fazer, fazem qualquer coisa, ou não conseguem fazer nada.

Importância dos Rituais

Rituais de despedida têm como objetivo marcar o fim de um ciclo. O corpo concretiza a morte e o velório é um ritual necessário para o início do processo de luto. É também, um momento de encontro entre pessoas que conheceram quem morreu em diferentes contextos e podem falar sobre ela e/ou contar situações junto da pessoa.

O luto será uma dolorida confecção de uma colcha de retalhos e é no funeral que os retalhos são entregues. Cada um que chega com uma história, entrega um retalho importante para a colcha a ser confeccionada. As histórias contadas e ouvidas, vídeos, fotografias ou outros serão importantes na reorganização de “quem sou eu agora sem você”.

O velório concretiza a morte, permite o ambiente de pesar, o choro, o lamento, a lástima e homenagens; autoriza as mais variadas expressões de dor, sofrimento e despedida. A urna lacrada e a falta de contato com o corpo prejudicam a compreensão da morte. A rapidez na condução desse ritual ou a falta dele torna mais difícil a experiência do luto.

Entre a grande ausência que a morte por covid-19 trouxe às centenas de famílias que perderam familiares na cidade, há ainda

uma lacuna que dificulta ainda mais a superação: a falta de despedida. [...]. Essa ausência é ainda mais acentuada durante o enterro, que por medidas de segurança são em tempo e número de pessoas reduzido. "O cemitério deixou apenas cinco pessoas entrarem. [...] O caixão estava lacrado e todos nós distantes, [...]. Foi tudo muito rápido e muito triste" (GASPARELO, 2020).

A Portaria nº1/2020, publicada pelo Conselho Nacional de Justiça e o Ministério da Saúde, permite o sepultamento e cremação de pessoas sem atestado de óbito prévio, bem como determina que morte por doença respiratória suspeita para COVID-19, não confirmada por exames, deverá ter causa mortis como “provável para COVID-19” ou “suspeito para COVID-19”. Assim, a pandemia vem trazendo inúmeros desafios sobre cuidado e saúde mental e atenção psicossocial (SMAPS) de pessoas que passam pelo luto de entes acometidos pela COVID-19 (FIOCRUZ, 2020a).

São de extrema importância ações que amparem familiares e amigos de vítimas do COVID-19, considerando a morte em residência ou hospitais sem a devida despedida dos mais próximos, falecimento solitário com pouca rede social de apoio, falecimento súbito de pacientes suspeitos de infecção, funerais nos quais não são possíveis o contato do enlutado com o falecido, dentre outros que podem gerar diversas repercussões de ordem psicossocial (FIOCRUZ, 2020a).

Como cuidados em SMAPS, orientamos velório online para que amigos e familiares possam participar, se comunicar e deixar mensagens. A mesma orientação vale para homenagens e ritos religiosos. A família pode utilizar alguma tecnologia para encontrar-se virtualmente e realizar homenagens à pessoa falecida e dar consolo aos enlutados, principalmente em mortes súbitas. O mesmo é indicado caso o velório não seja possível.

Luto

O luto corresponde a um dolorido processo de elaboração da perda e, embora provoque afastamentos das atividades cotidianas, a princípio, não se propõe a necessidade de tratamento médico. Trata-se de um processo individual normal, importante, necessário, saudável e extremamente difícil e doloroso. O luto envolve uma sucessão de quadros clínicos que se mesclam e se substituem.

Suprimir a dor poderá prolongar esse processo de aprendizagem (ALVES, 2014). Alguns autores citam fases observadas durante o processo de luto (PARKES, 1998; KÜBLER-ROSS, 2000). O luto é individual e cada um passa por ele à sua maneira e ao seu tempo. Também não existe um período de tempo estipulado como “normal” para o luto. Cada pessoa, de acordo com seu vínculo com quem ou aquilo que foi perdido, necessita de seu tempo interno para elaborar a própria perda. Muitas pessoas pensam que o luto saudável dura um ou dois anos, o que não é verdade, pode ir além. Depende de cada pessoa. No primeiro ano após a morte de um ente querido, todos os eventos ou fases são uma novidade difícil de ser enfrentada: datas especiais e significativas parecem aterrorizantes. Ao completar um ano da morte, as próximas datas não serão tão assustadoras, porém, não significa que diminui a dor, ou o fim do processo de luto. A falta será para toda a vida.

Durante todo o processo do luto, o indivíduo enlutado passa do entorpecimento à dor profunda e se faz necessária a compreensão de que esse processo é natural, saudável e absolutamente necessário. A saudade aumenta, mas a pessoa volta a fazer planos e empreender projetos que não mais incluem quem morreu. À princípio, não se deve medicar o luto. Se não houver uma comorbidade associada ao luto, medicações embotam e prolongam a dor.

Condições que favorecem o *Luto Complicado*

A resistência à mudança e a relutância em abrir mão da pessoa são as bases do luto. De modo geral, morte violenta, abrupta, repentina e, principalmente, de crianças e jovens, extrapola a condição de compreensão, representando risco para a saúde mental.

Sempre que se perde alguém há necessidade de encontrar um sentido para aquela morte, para que ela possa, no mínimo, ser compreendida. Condição nem sempre encontrada durante pandemias.

Isolamento social, falta de despedidas, perdas múltiplas e impossibilidade de ritos fúnebres podem minar as redes de apoio e aumentar a vulnerabilidade. Informações deturpadas e boatos e a falta de tempo para compreensão dos fatos também podem atrapalhar.

Importante lembrar a importância do cuidado aos profissionais de saúde. Muitos acompanharam a doença e morte de colegas de trabalho, familiares, pacientes e o sofrimento dos familiares. Tiveram suas rotinas profundamente alteradas. Conforme Schmidt et al (2020), experimentam ainda outros estressores, como: maior risco de se infectar, adoecer e morrer; possibilidade de infectar outros; exposição a larga escala de mortes; frustração por não salvar vidas; ameaças e agressões; sobrecarga e fadiga; afastamento de familiares e amigos.

O trabalho direto com a COVID-19 pode desencadear ou intensificar sintomas de ansiedade, estresse ou depressão. Aqueles que trabalham na linha de frente são desencorajados a interagir próximo a outras pessoas, aumentando a sensação de isolamento. Lidam com mudanças frequentes de protocolos de atendimento, devido novas descobertas sobre a doença e, também, despendem tempo importante do dia entre vestir e remover equipamentos de segurança, aumentando a exaustão laboral. Na China foi observado sinais de sofrimento psicológico, aumento de irritabilidade e recusa de momentos de descanso nos profissionais da linha de frente (SCHMIDT et al, 2020).

Tipos de Luto

O “Luto Complicado”² é o luto com possibilidade de adoecimento (ALVES, 2020), como:

- **Adiado** – Após a morte, a pessoa age como se nada tivesse acontecido. A consciência da perda pode ocorrer meses ou anos depois, quando o luto poderá se iniciar. Também é possível que o luto seja permanentemente adiado.
- **Suspenso** – Há negação da morte (afirmar que a pessoa está em outro lugar, por ex.) o que impossibilita o luto (desaparecimentos, falta do corpo ou de despedidas, caixão lacrado). Angústia, medo e esperança se misturam.

² Não se utiliza mais o termo “luto patológico”. O objetivo é tirar a conotação de luto como doença.

- Não-Autorizado – Não há permissão social para a experiência do luto. O meio social minimiza a perda e não autoriza o sofrimento, como perdas perinatais; do emprego/empresa e outras perdas que a pandemia trouxe.
- Crônico – A pessoa ao creditar que não pode mais ser feliz e sofre intensamente.
- Traumático – Quando a morte é abrupta e inesperada e há dificuldade de compreensão e elaboração. Nem toda morte traumática leva ao luto traumático. O luto traumático é raro e com risco para suicídio e estresse pós-traumático.

OBS.: A ausência de corpo e de rituais de despedida podem contribuir para o luto complicado.

Considerações Finais

Períodos de pandemias são tempos de incertezas, angústias, perdas e medo. Como consequência, os indivíduos apresentam distúrbios de ansiedade, crises de pânico, apatia, humor alterado, tristeza profunda, aumento no uso de álcool e outras substâncias, aumento da violência doméstica e sexual, possível aumento de ideações suicidas e suicídio.

A OPAS (2015) e a Organização Mundial de Saúde - OMS (FIOCRUZ, 2020b) consideram que quanto mais rápida a ação de resposta em SMAPS, principalmente entre as primeiras 48h e 72h após um evento extremo, menor o risco para adoecimento mental. No caso da pandemia COVID-19, essas ações precisavam ocorrer ainda no primeiro trimestre do início da quarentena. No entanto, eventos extremos continuam acontecendo na vida privada de cada um e, nesse caso, valem as intervenções nas primeiras 72h.

Em 2016, o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2016) lançou a Nota Técnica sobre a atuação de psicólogos em situações de emergência e desastres, na qual não são permitidos atendimentos online. Durante a pandemia, sendo essa a única forma de atendimento possível – com exceção dos profissionais da linha de frente – foi necessário aguardar a aprovação do CFP.

Tão logo aprovado, várias ofertas de atendimento psicológico por meios tecnológicos à distância surgiram. Na minha experiência como supervisora em um Projeto de Saúde Mental e Apoio Psicossocial na COVID-19 na FIOCRUZ/Brasília, no projeto SOS COVID-19 do NIPED e outro, considero importantes algumas reflexões:

1. Embora seja atendimento online, trata-se de acolhimento em emergências e desastres e, na maioria dos casos, com perdas e luto. Exige conhecimentos específicos e ações especializadas.
2. Garantir que todos os profissionais tenham conhecimento na área. Providenciar treinamento e capacitação prévios e supervisões permanentes.
3. Garantir que os profissionais voluntários estejam comprometidos com o projeto.
4. Antes da oferta desse tipo de serviço, o Grupo de Trabalho (GT) deve elaborar um Plano de Contingência. Para isso se deve mapear as Redes de Atenção à Saúde (RAS), principalmente as estruturas existentes em SMAPS. Incluir Rede de Proteção à Mulher, violência de gênero e de crianças, além da garantia de outros encaminhamentos que, com certeza, serão necessários.
5. Prever tipo de atendimento/acolhimento oferecido: Primeiros Cuidados Psicológicos – PCP, com até três ou quatro atendimentos emergenciais; Psicoterapia Breve, com oito ou doze sessões; Psicoterapia; apenas uma escuta com possível encaminhamento; ou outra.
6. Providenciar Grupos de Trabalho (GT's), pela possibilidade de uma abrangência maior, principalmente, unindo universidades, SUS e órgãos de saúde.

Sete meses após o início da quarentena, algumas universidades estão abrindo inscrições para cursos e atendimentos psicossociais para profissionais da área da saúde. Isso mostra que a necessidade de cuidados vem se acentuando. Há uma estimativa que entre um terço e metade da população apresente alguma manifestação psicopatológica, se não houver intervenção adequada para os sintomas manifestados (FIOCRUZ, 2020a).

Termino esse capítulo com trecho Kabad et al (2020, p.1) sobre o trabalho que realizamos em Saúde Mental e Atenção Psicossocial (SMAPS), na Fiocruz/Brasília:

Da experiência, são destacados tópicos para reflexão e contribuição para futuras ações, envolvendo translação do conhecimento nesta e em próximas emergências em saúde pública e pandemias: (1) combinar o trabalho voluntário e colaborativo com o envolvimento de profissionais experientes na organização de serviços e atenção em eventos passados; (2) contar com o suporte e recursos institucionais; (3) envolver a constituição de redes de profissionais e instituições para atingir rapidez e credibilidade no trabalho; (4) para as respostas às necessidades urgentes, deve-se envolver também a capacidade de moldar caminhos para a atenção e os cuidados em saúde mental e atenção psicossocial.

Referências

ALVES, E. G. R. Desastres intervenções em luto coletivo. *In*: Santos, F. S. (ed.). **Tratado Brasileiro sobre Perdas e Luto**. São Paulo: Atheneu, 2014, p. 415-423.

ALVES, E. G. R. Luto: o preço do amor. *In*: ALVES, E. G. R.; SELINGARD, D.; ALMEIDA, V. **Os lutos: compreender para lidar**. São Paulo: Associação pela Saúde Emocional de Crianças / Movimento Saber Lidar, 2020. E-book.
Disponível em: <https://movimentosaberlidar.org.br/wp-content/uploads/2020/08/OsLutosCompreenderparaLidar.pdf> Acesso em: 03/10/2020.

BRASIL. **Painel Coronavírus**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/> Acesso em: 04/10/2020.

CFP. **Nota Técnica sobre atuação da psicologia na gestão integral de riscos e de desastres relacionadas com a política de proteção e defesa civil**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia. 2016. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Nota-T%C3%A9cnica-Psicologia-Gestao-de-Riscos-Versao-para-pdf.pdf> Acesso em: 01/10/2020.

FIOCRUZ. O processo de luto no contexto da COVID-19. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial na Pandemia COVID-19**. Brasília: Fundação Oswaldo Cruz/ Ministério da Saúde. 2020a. (Cartilha). Disponível em: <https://renastonline.ensp.fiocruz.br/sites/default/files/arquivos/recursos/saude-mental-e-atencao-psicossocial-na-pandemia-covid-19-processo-de-luto-no-contexto-da-covid-19.pdf> Acesso em: 15/09/2020.

FIOCRUZ. Recomendações Gerais. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial na Pandemia COVID-19**. Brasília: Fundação Oswaldo Cruz/ Ministério da Saúde. 2020b. (Cartilha). Disponível em: https://renastonline.ensp.fiocruz.br/sites/default/files/arquivos/recursos/cartilha-recomendacoes_gerais_06_04.pdf.pdf Acesso em: 15/09/2020.

FIOCRUZ. Suicídio na pandemia COVID-19. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial na Pandemia COVID-19**. Brasília: Fundação Oswaldo Cruz/Ministério da Saúde. 2020c. (Cartilha). Disponível em:

https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/05/cartilha_prevencaosuicidio.pdf Acesso em: 15/09/2020.

FIOCRUZ. Ansiedade, abuso de álcool, suicídios: pandemia agrava crise global de saúde mental. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. **Informe ENSP**, local, 17 junho 2020d. 4 p. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/41768/2/PandemiaSaudeMental.pdf>

GASPARELO, B. "De repente": a dor de quem perdeu familiares para a covid-19. **ACidadeON**. Campinas, 4 de junho de 2020. Disponível em: https://www.acidadeon.com/campinas/cotidiano/coronavirus/NOT_0_0_1524326_de+repente++a+dor+de+quem+perdeu+familiares+para+a+covid+19.aspx Acesso em: 02/10/2020.

KABAD, J. F. et al. A experiência do trabalho voluntário e colaborativo em saúde mental e atenção psicossocial na COVID-19. **Cadernos de Saúde Pública, local?** v. 36, n. 9, set. 2020. Disponível em: http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/1181/a-experiencia-do-trabalho-voluntario-e-colaborativo-em-saude-mental-e-atencao-psicossocial-na-covid-19?fbclid=IwAR1tGicVqlpYD8Qo4b3OME9-A_bS2osu4kB_Ap4WIDoWb09zpJwj3gtPBrY Acesso em: 29/09/2020.

KOVÁCS, M.J. **Educação para a morte**: temas e reflexões. São Paulo: Casa do Psicólogo: Fapesp. 2003.

KÜBLER-ROSS, E. **Sobre a morte e o morrer**. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes. 2000.

LIAN, D. Funerárias de São Paulo se preparam para mudanças em enterros na pandemia. **Jovem Pan**. 29 de abril de 2020. Disponível em: <https://jovempan.com.br/programas/jornal-da-manha/funerarias-de-sao-paulo-se-preparam-para-mudancas-em-enterros-na-pandemia.html> Acesso em: 24/09/2020.

OPAS. **Primeiros cuidados psicológicos: guia para trabalhadores de campo**. Brasília, DF: Organização Pan Americana de Saúde, 2015. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_docman&view=download&category_slug=prevencao-e-cont-doencas-e-desenv-sustentavel-071&alias=1517-primeiros-cuidados-psicologicos-um-guia-para-trabalhadores-campo-7&Itemid=965 Acesso em: 30/09/2020.

OPAS/OMS. **Folha Informativa COVID-19 – Escritório da OPAS e da OMS no Brasil**. 03 de outubro de 2020. Washington. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19> Acesso em: 04/10/2020.

PARKES, C. M. **Luto**: estudos sobre a perda na vida adulta. São Paulo: Summus. 1998. (Coleção novas buscas em psicoterapia; v. 56).

REGER, M. A.; STANLEY, M. S.; JOINER, T. E. Suicide mortality and coronavirus disease 2019 – A perfect storm? **Jama Psychiatry**, Chicago, 2020. Disponível em:

<https://jamanetwork.com/journals/jamapsychiatry/fullarticle/2764584> Acesso em: 28de setembro de 2020.

SCHMIDT, B. *et al.* Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). **Estud. psicol.**, Campinas, v. 37, 2020. Epub May 18, 2020. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-166X2020000100501&script=sci_arttext&tlng=pt Acesso em: 02 de outubro de 2020.

CAPÍTULO 4

GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA PANDEMIA DE COVID-19: Dificuldades, aprendizados e lições

Juliano Costa Gonçalves¹
Cristine Diniz Santiago^{2, 3}
Érica Pugliesi⁴

Introdução

Ao final de 2019 foi identificada na China uma doença, chamada COVID-19, causada pelo coronavírus Sars-CoV-2. Com elevada transmissibilidade e veloz disseminação espacial, no início de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) emitiu alerta de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional e, dois meses mais tarde, a COVID-19 foi reconhecida como uma pandemia, acometendo milhões e vitimando milhares até agosto de 2020 no Brasil (BRASIL, 2020; OPAS, 2020).

Em setembro de 2020, a OMS apontou que a região das Américas permanece como epicentro da pandemia, com um total de 15.466.584 de casos reportados - até 20 de setembro de 2020 -, sendo os Estados Unidos da América e o Brasil os países com maior número de casos, respectivamente 6.779.609 e 4.558.068 (únicos países do continente a reportar números na casa dos milhões). No mundo já são 30.675.675 de pessoas acometidas pela COVID-19 (OMS, 2020).

¹ Formação acadêmica Cientista Social (UFSCAR), mestre em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente (IE/UNICAMP), Doutor em Ciências da Engenharia Ambiental (EESC-USP). Docente do Departamento de Ciências Ambientais (DCAm) e do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais (PPG-CAM) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Email: juliano@ufscar.br

² Apoio: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Código de Financiamento 001. Esse texto não reflete as opiniões da CAPES.

³ Gestora e Analista Ambiental (UFSCar), mestre em Ciências Ambientais (UFSCar), doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais (PPG-CAM) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Email: Cristine.dis@gmail.com

⁴ Farmacêutica-Bioquímica (UNESP/Araraquara), doutora em Ciências da Engenharia Ambiental (EESC-USP). Docente do Departamento de Ciências Ambientais (DCAm) e do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais (PPG-CAM) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) Email: epugliesi@ufscar.br

No Brasil não há estratégia unificada de enfrentamento à COVID-19, delegando aos governos regionais e locais a responsabilidade pela tomada de decisão sobre a condução da crise, gerando um vácuo de governança nacional (PUGLIESI et al., 2020). Abrucio e colaboradores (2020) apontam que o federalismo bolsonarista – que pretende diminuir a atuação da União nas políticas públicas – atrapalhou a coordenação intergovernamental, agravando a crise da COVID-19 pela implementação descoordenada e desarticulada de estratégias.

Neste cenário, a forma de controle e combate à COVID-19 no Brasil pelo governo federal é contestada por órgãos estaduais, municipais e organizações de Saúde (como OMS, Sociedade Brasileira de Imunologia, dentre outras). Por divergências com o presidente Jair Bolsonaro quanto à forma de abordar a pandemia, dois ministros da Saúde foram substituídos no prazo de um mês, sendo atualmente o cargo ocupado por um ministro sem experiência na área de gestão de saúde, que permaneceu três meses e meio como interino até ser efetivado em meados de setembro de 2020. As divergências se relacionam: a) ao dimensionamento da pandemia de COVID-19, comparando a doença a uma ‘gripezinha’; b) ao distanciamento social e demais protocolos de segurança, constantemente descumpridos pelo chefe de Estado; e, c) ao uso de medicamentos sem eficácia comprovada para o combate à doença, resultaram em manifestações de repúdio das mais diversas instituições internacionais, nacionais e subnacionais, bem como a milhões de casos da doença no país (LEE et al., 2020; SOUSA PINTO, 2020).

Negacionismo e politização do cenário pandêmico por parte da alta cúpula do governo federal, baixos níveis de isolamento e a sistemática redução de investimentos no sistema de saúde pública, levaram o Brasil de bom exemplo no enfrentamento a epidemias a um dos *hotspots* da doença (LANA et al., 2020; LITEWKA; HEITMAN, 2020; FORTALEZA, 2020; ROSENBLOOM; MARKARD, 2020).

Tendo como pano de fundo as mudanças climáticas, a pandemia de COVID-19 é mais um capítulo disruptivo que ameaça as sociedades contemporâneas que se constroem sob um modelo de desenvolvimento que não internaliza os custos socioambientais (VAN STADEN, 2020; ROSENBLOOM;

MARKARD, 2020; GONÇALVES; SOUSA, 2014). O desastre é um fenômeno social disruptivo (VALENCIO, 2010), que provoca danos humanos, materiais e/ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais (BRASIL, 2010).

O desastre ocorre quando uma ameaça atinge uma sociedade vulnerável (TIERNEY, 1994). Vulnerabilidade pode ser entendida como estar propenso ou suscetível a danos ou prejuízos advindos de alguma(s) ameaça(s) ou à sua capacidade de antecipar, sobreviver, resistir e recuperar-se ante o impacto de uma ameaça (BLAIKIE et al., 2005). Há um recorte de classe e de estrutura social na vulnerabilidade, em que há uma maior exposição dos pobres a estes processos adversos (BLAIKIE et al., 2005; PIGEON, 2002).

A pandemia de COVID-19 é um desastre com danos humanos, econômicos e sociais. Nesta perspectiva, as ações de prevenção e de resposta a este desastre envolvem a integração de diversas medidas e áreas de atuação das mais diferentes instituições para a redução da vulnerabilidade da população ao vírus e à própria doença. A gestão de resíduos sólidos enfrenta desafios importantes no combate à COVID-19, devido ao aumento na geração de resíduos, tanto intradomicílio – devido ao isolamento – quanto nos serviços de saúde – devido à sobrecarga causada pela pandemia (ZAMBRANO-MONSERRATE et al., 2020). Ainda, a gestão de resíduos é crítica num contexto de resíduos potencialmente contaminantes, que podem propagar a COVID-19 nos trabalhadores do setor, inclusive aqueles em situação de maior vulnerabilidade social, como é o caso dos catadores de materiais recicláveis, atores essenciais dessa cadeia em países de baixa e média renda.

O objetivo deste capítulo é, portanto, refletir e analisar as dificuldades, lições e aprendizados na gestão de resíduos sólidos em contexto de desastres, especificamente na crise sanitária da COVID-19. A abordagem utilizada compreende a pesquisa bibliográfica e documental para subsidiar a ação e a reflexão pública nesta temática.

As dimensões da vulnerabilidade e a gestão de resíduos sólidos no Brasil

O modelo de desenvolvimento brasileiro, caracterizado por ser socialmente desigual, economicamente concentrador e ambientalmente degradador, cria e reforça vulnerabilidades sociais e ambientais (GONÇALVES; SOUSA, 2014). McEntire (2001, p. 191 e 192) propõe a abordagem das vulnerabilidades em categorias: física, social, cultural, política, econômica e tecnológica. Estas dimensões estão vinculadas e se interinfluenciam. Esta divisão em categorias tem uma finalidade analítica para a melhor compreensão da vulnerabilidade. Na realidade social tais categorias são totalmente imbricadas.

Tendo em vista que a vulnerabilidade é fator chave no enfrentamento de uma crise como a da COVID-19, procedeu-se à avaliação das dimensões da vulnerabilidade no contexto da gestão de resíduos sólidos nesta situação atípica e emergencial.

A dimensão **física** da vulnerabilidade relaciona-se à “proximidade das pessoas e da propriedade com agentes perigosos; construção de edificações impróprias; previsão inadequada em relação à infraestrutura; degradação ambiental” (Mc ENTIRE, 2001, p. 191 e 192). No contexto da gestão de resíduos sólidos na situação de pandemia, as vulnerabilidades físicas relacionam-se aos resíduos perigosos e potencialmente contaminantes que oferecem risco à sociedade de maneira ampla e mais especificamente aos trabalhadores das coletas regular e seletiva, já que estes tem contato com recipientes de armazenamento e com os resíduos sólidos em si – no caso da coleta seletiva em que há triagem manual destes materiais.

A vulnerabilidade física associa-se aos métodos de coleta e triagem adotados no país, apresentando uma interrelação com a dimensão tecnológica da vulnerabilidade. Nesse sentido, países que possuem métodos de coleta containerizada, bem como separação prévia dos resíduos pelos cidadãos e triagem mecanizada dos materiais, minimizam a vulnerabilidade dos trabalhadores.

Estas vulnerabilidades também se expressaram nos riscos das instalações de infraestrutura do setor – como barracões de triagem, caminhões,

garagens. No caso de instalações que já apresentavam vulnerabilidades, como questões de ventilação inadequadas, por exemplo, resultam na potencialização dos riscos no contexto de pandemia.

Finalmente, ao considerarmos os resíduos gerados em estabelecimentos de saúde (RSS) a vulnerabilidade física relaciona-se à capacidade das estruturas físicas de armazenamento, considerando o aumento de geração destes resíduos e dos riscos associados.

A dimensão **social** da vulnerabilidade pauta questões como “educação limitada (incluindo insuficiente conhecimento sobre desastres); rotina inadequada em cuidados de emergência; massiva e não-planejada migração para áreas urbanas; marginalização de grupos específicos e de indivíduos” (McENTIRE, 2001, p. 191 e 192).

Questões deficitárias de conhecimento levam às incertezas acerca dos processos de contaminação ambiental resultantes do descarte e disposição inadequados de resíduos sólidos, bem como dos procedimentos específicos que devem ser adotados no caso de resíduos potencialmente contaminados. Esta questão é ilustrada pelo descarte de máscaras usadas junto aos resíduos recicláveis, elevando os riscos aos catadores. A ausência da cultura de prevenção e de apresentação dos resíduos separados para a coleta pode potencializar esta vulnerabilidade, tornando pontuais os procedimentos de reforço de sacos de descarte dos resíduos, no caso de potencial contaminação – ou ainda práticas como a ‘quarentena’ dos resíduos recicláveis antes de sua destinação via coleta seletiva (PUGLIESI et al., 2020).

A questão da coleta seletiva no país – presente em 38,1% dos municípios (SNIS, 2018) – apresentou respostas divergentes de modo que certos municípios e cooperativas de catadores optaram por interromper este serviço durante a pandemia, enquanto outros decidiram mantê-la (PUGLIESI et al., 2020) – demonstrando que este ainda não é percebido como um serviço essencial da gestão de resíduos sólidos brasileira. Tal incerteza tem como pano de fundo a diversidade de estudos ainda inconclusivos acerca do tempo de sobrevivência do Sars-Cov-2 em diferentes superfícies, dificultando a elaboração de protocolos seguros para a atividade.

A dimensão **cultural** da vulnerabilidade relaciona-se a “apatia pública em relação a desastres; desconfiança das precauções e regulações de segurança; perda de formas tradicionais de vida; abstenção de responsabilidade pessoal” (McENTIRE, 2001, p. 191 e 192).

Ao analisarmos esta dimensão emergem questões relacionadas ao desinteresse e apatia da população pelos processos de gestão de resíduos além da retirada do domicílio. De modo geral, o indivíduo relaciona-se com o *lixo* que gera percebendo-o não como algo que ainda possui valor, mas sim como algo do qual deseja “se livrar”, sendo suficiente seu afastamento dos olhos da cidade. Deste modo, a abstenção de responsabilidade pessoal e baixa importância dada aos resíduos soma-se à invisibilidade dos trabalhadores, notadamente os catadores de materiais recicláveis.

A dimensão cultural expressa-se também na resistência ao pagamento pelos serviços da gestão de resíduos sólidos. Ainda que esta vulnerabilidade não seja inerente à situação de pandemia, ocorre um exacerbamento, pois a sustentabilidade econômico-financeira dos serviços por vezes já está prejudicada em sua operação normal. Em situações emergenciais ocorre a elevação dos custos dos serviços ao mesmo tempo em que não há recursos e tampouco disposição a pagar, reverberando às dimensões social e econômica da vulnerabilidade.

A dimensão **política** da vulnerabilidade trata do

suporte mínimo para programa de desastres entre políticos eleitos; inabilidade para sustentar ou encorajar passos para mitigação; super-centralização de decisões; isolamento ou fraqueza das instituições relacionadas com desastres (McENTIRE, 2001, p. 191 e 192).

No contexto da pandemia da COVID-19 e frente a uma emergência sanitária, a política de governo federal foi omissa em apontar caminhos ou estratégias nacionais que pudessem ser adaptadas às realidades locais (PUGLIESI et al., 2020). Aponta-se também a ausência de planejamento e ações preventivas nesta instância, notadamente por não haver um plano nacional de gestão de resíduos sólidos.

Com relação aos governos estaduais, de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei 12.305/2010, estes devem apresentar seus Planos Estaduais de Resíduos Sólidos (PERS), que devem prever situações de emergência e apontar possíveis estratégias. No entanto, a pesquisa documental nos planos mostrou que a maior parte dos PERS não apresenta a temática de prevenção, corroborando a inexistência da cultura preventiva no planejamento da gestão de resíduos sólidos. Além disso, os documentos que apresentam abordagem de prevenção preveem situações como greves e a interrupção dos serviços relacionados à gestão de resíduos sólidos e desconsidera situações anômalas decorrentes de desastres. Nesse sentido, a pandemia originou uma situação de risco específica que anteriormente não havia sido vislumbrada no setor de resíduos sólidos brasileiro.

Na esfera local, as posturas municipais são diversificadas, ainda que prevaleça a cultura reativa frente a situações emergenciais. No entanto, alguns municípios brasileiros (menos de 10%) apresentaram planos de contingência específicos para a gestão de resíduos sólidos para enfrentamento da pandemia, com foco em aspectos operacionais no período de emergência. Por outro lado, estes documentos abordam de forma superficial a participação social, educação ambiental e comunicação.

Ainda que existam elementos de planejamento para a situação emergencial na figura dos Planos de Contingência, identifica-se uma supercentralização das decisões pelas prefeituras, sem haver, contudo, participação social. Exacerba-se essa situação para o cenário de planejamento brasileiro que apresenta baixos índices de participação social.

Na dimensão **econômica** da vulnerabilidade inserem-se questões como: “crescimento da desigualdade da distribuição de riqueza; busca do lucro com pouco pensamento sobre as consequências; falhas na compra de seguros; esparsos recursos para prevenção de desastres, planejamento e gerenciamento” (McEntire, 2001, p. 191 e 192).

A vulnerabilidade econômica relaciona-se notadamente às questões associadas aos catadores de materiais recicláveis. Durante a pandemia é crescente a oscilação dos preços de comercialização dos resíduos recicláveis, havendo, inclusive, perda de mercado para determinados produtos em um

cenário de retração econômica e diminuição da atividade industrial. Somado a isso, a coleta seletiva foi paralisada nos meses iniciais da pandemia na maior parte dos municípios, inviabilizando a coleta e comercialização de materiais. As atividades de coleta também são realizadas por catadores autônomos, que não puderam interromper suas atividades, uma vez que sua sobrevivência depende do trabalho diário.

Os trabalhadores que mantiveram seu trabalho neste período tiveram dificuldades na adoção dos procedimentos de segurança, uma vez que o preço de equipamentos de proteção individual (EPIs) teve um aumento vertiginoso provocado pela elevada demanda por tais materiais. Quando da retomada gradual dos serviços, muitas cooperativas perderam renda em função da adesão da população em parte dos domicílios atendidos que passaram a destinar seus recicláveis a catadores autônomos.

A crise financeira e elevado desemprego potencializados pela pandemia resultam em um maior número de pessoas que recorrem à catação de materiais recicláveis para sobreviver, podendo gerar situações de conflito com relação às atividades usualmente presentes nos municípios.

Outra questão relacionada à vulnerabilidade econômica relaciona-se à sustentabilidade econômico-financeira dos serviços na gestão dos resíduos sólidos, já que o momento de retração econômica acentuado pela crise sanitária impacta negativamente no orçamento municipal, potencializando riscos à própria prestação dos serviços e comprometendo a salubridade ambiental. Ainda, o aumento dos custos dos serviços na situação de emergência resulta da dinâmica de geração de resíduos e possíveis mudanças logísticas resultantes; interrupção de coletas diferenciadas; multa por rompimento de contratos; e aumento do custo total de aterramento no caso de interrupção da coleta seletiva e consequente diminuição da vida útil de aterros. No caso dos resíduos de serviços de saúde, os custos são ampliados para o gerador com relação aos procedimentos específicos de coleta, tratamento e disposição final.

Novamente, observa-se que as dimensões das vulnerabilidades possuem forte interrelação, que nesse caso atrelam-se principalmente às vulnerabilidades sociais.

Finalmente, a dimensão **tecnológica** da vulnerabilidade relaciona-se à “ausência de serviços de mitigação estrutural; sistemas de alarme não efetivos; desatenção sobre a produção industrial; insuficiente número de computadores/programas para previsão de ameaças” (McENTIRE, 2001, p. 191 e 192).

Nessa dimensão destacam-se notadamente a situação de resíduos de serviços de saúde pois houve um aumento no consumo e posterior descarte de produtos como EPIs e medicamentos (particularmente devido à automedicação), dissociado do incremento de infraestrutura ou sistemas de logística reversa, como os de medicamentos – gerando sobrecarga a sistemas ainda em implementação. O uso de EPIs descartáveis pela população levou a situações de descarte inadequado e possível contaminação humana e ambiental. Esse aumento de demanda aliado à falta de preparo e resposta leva a quadros de difícil mitigação.

Em última instância, nesta dimensão fica exacerbada a fragilidade do modelo brasileiro de gestão de resíduos, sem o planejamento de infraestruturas mínimas para a coleta, tratamento e disposição final de resíduos perigosos em regiões de maior vulnerabilidade econômica e social. A incapacidade de adaptação do modelo como ocorreu em países da União Europeia, por exemplo (ACR, 2020), aliada à ausência de estratégias de previsão de riscos para resíduos, aponta para uma necessidade de aprimoramento do setor.

A incorporação da gestão de resíduos sólidos na prevenção de riscos e desastres a partir do Marco de Sendai 2015-2030

A pandemia de COVID-19 oferece importante aprendizado sobre desastres e sobre a necessidade de repensar a articulação da gestão de riscos e desastres com a gestão de resíduos sólidos.

O Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030 é um documento das Nações Unidas para estruturar ações sobre desastres. O Marco de Sendai propõe a construção de uma governança em torno da redução de desastres, ressaltando que “há necessidade de uma ação focada nos âmbitos intra e intersetorial, promovida pelos Estados nos níveis local, nacional, regional

e global” (UNISDR, 2015, p. 14). Esta governança em desastres envolve, claramente, a gestão de resíduos sólidos.

Neste sentido é possível adaptar algumas das sugestões do Marco de Sendai para um diálogo mais direto com a gestão de resíduos sólidos com o objetivo de fortalecer a prevenção e a resposta aos desastres. O Marco de Sendai identifica quatro áreas de priorização para fortalecer a resiliência e a redução de desastres.

1. Compreensão do risco de desastres

A compreensão do risco de desastres significa a compreensão clara dos riscos “em todas as suas dimensões de vulnerabilidade, capacidade, exposição de pessoas e bens, características dos perigos e meio ambiente” para que este conhecimento se transforme em “uma avaliação de riscos pré-desastre, para prevenção e mitigação e para o desenvolvimento e a implementação de preparação adequada e resposta eficaz a desastres” (UNISDR, 2015, p. 14).

Utilizando o Marco de Sendai na gestão de resíduos sólidos, a compreensão dos riscos e desastres conduz, por exemplo, à necessidade de: a) empreender esforços de pesquisa sobre riscos e vulnerabilidades dos diferentes usuários e partícipes do gerenciamento e gestão dos resíduos sólidos; b) utilizar parâmetros de referência sobre riscos e vulnerabilidades na gestão de resíduos sólidos, incluídas análises da não realização das ações de gerenciamento, bem como proceder a avaliação e atualização periódica dos mesmos; c) divulgar informações sobre riscos, vulnerabilidades e desastres específicos na gestão de resíduos sólidos para a comunidade; d) prestar contas públicas de perdas por desastres relacionados aos resíduos sólidos e compreender seus impactos sobre a economia, a cultura, a saúde e o ambiente; e) tornar públicas, disponíveis e acessíveis informações desagregadas sobre riscos e vulnerabilidades da gestão de resíduos sólidos; f) ampliar o conhecimento sobre riscos e vulnerabilidades na gestão dos resíduos sólidos de funcionários do governo de todos os níveis, sociedade civil, comunidades, bem como do setor privado por meio de compartilhamento de experiências, boas práticas e formação e educação; e, g) promover a melhoria do diálogo e da cooperação entre a comunidade científica e as demais partes interessadas para informação e tomada de decisão na gestão do risco dos resíduos sólidos.

2. Fortalecimento da governança do risco de desastres para gerenciar o risco de desastres

Para a gestão eficaz e eficiente dos riscos de desastres é “necessário ter visão clara, planos, competências, orientação e coordenação intra e interssetorial, bem como a participação das partes interessadas” (UNISDR, 2015, p. 17). A governança do risco de desastres é, portanto, essencial para a ótica da prevenção.

Na gestão de resíduos sólidos a governança dos riscos envolve: a) integração da redução de risco e desastre na gestão de resíduos sólidos intra e intersectorial de forma a promover a coerência da regulamentação e dos marcos nacionais de gestão de resíduos sólidos com a gestão de risco de desastres para a orientação dos setores públicos e privados; b) criação de planos nacional, estaduais, regionais e municipais de gestão de resíduos sólidos que incorporem a gestão de riscos de desastres com metas, indicadores e prazos com “o objetivo de impedir a criação de riscos, reduzir os riscos existentes e aumentar a resiliência econômica social, de saúde e ambiental” (UNISDR, 2015, p. 17); c) realização de “uma avaliação técnica, financeira e administrativa da capacidade de gestão de risco de desastres para lidar com os riscos identificados” (UNISDR, 2015, p. 17) na gestão de resíduos sólidos; d) promoção de mecanismos e incentivos para manter um elevado nível de conformidade e de segurança ambiental e de saúde pública com os planos de gestão de resíduos, normativas, leis e regulamentações; e) desenvolver mecanismos de avaliação periódica e de transparência sobre a gestão de resíduos sólidos e suas vinculações com riscos e vulnerabilidades e garantir a participação das partes interessadas.

3. Investimento na redução do risco de desastres para a resiliência

Os investimentos na redução do risco são realizados por meio de medidas estruturais e não estruturais “para melhorar a resiliência econômica, social, cultural e de saúde de pessoas, comunidades, países e ativos, bem como do meio ambiente” (UNISDR, 2015, p. 18).

O investimento para a redução de risco de desastres na gestão de resíduos sólidos significa: a) alocar recursos financeiros e logísticos para implementar estudos, planos e políticas de gestão de riscos de desastres na gestão de resíduos sólidos; e b) promover a resiliência ao risco de desastres dos

locais de trabalho de trabalhadores envolvidos na gestão de resíduos sólidos por meio de medidas estruturais e não estruturais.

4. Melhoria na preparação para desastres a fim de providenciar uma resposta eficaz e de Reconstruir Melhor em recuperação, reabilitação e reconstrução

O aumento da exposição a ameaças e as lições aprendidas com desastres no passado reforçam a necessidade de fortalecer a “preparação para resposta a desastres, tomar medidas com base na previsão de eventos, integrar a redução do risco de desastres na preparação para resposta e assegurar que exista capacidade para resposta e recuperação eficazes em todos os níveis” (UNISDR, 2015, p. 21).

A melhor preparação para desastres, com o objetivo de melhorar as respostas no caso da gestão de resíduos sólidos, deve levar em consideração: a) a revisão periódica dos itens e políticas de prevenção de desastres presentes nos planos e nos procedimentos de gestão de resíduos sólidos; b) fortalecer os mecanismos de alerta e de comunicação de emergências e riscos provenientes da operação dos sistemas de gestão de resíduos sólidos; e, c) promover a resiliência da infraestrutura operacional a fim de manter os serviços essenciais vinculados à gestão de resíduos sólidos, a exemplo da manutenção dos serviços de coleta, tratamento e disposição final.

Conclusão

Todo desastre expõe e evidencia vulnerabilidades. Não é diferente com a COVID-19 no Brasil. As vulnerabilidades estão inscritas na sociedade brasileira pelos mesmos processos que a constituem. As categorias da vulnerabilidade nos permitem entender melhor quais são estes processos e como eles estão imbricados.

Criar uma cultura de proteção aos riscos e desastres envolve o aprendizado das lições que cada desastre e cada risco conhecido trazem – no que tange tanto às causas quanto aos efeitos. Evitar desastres e prevenir riscos envolve criar uma sociedade mais justa, que não submete os mais pobres, por serem mais vulneráveis, a uma parcela maior de risco.

É preciso aprender com os desastres para evitá-los. A qualidade deste aprendizado é o único legado positivo de um desastre. O custo de aprender mal as lições sobre os desastres que vivemos é experimentar novamente este mesmo evento – porventura em maiores proporções e piores condições de resposta.

O Brasil é signatário do Marco de Sendai estando já comprometido com sua implantação desde 2015. Pouco foi feito e apesar de ainda haver tempo até 2030 fica a questão: de quem é a responsabilidade pelas perdas evitáveis que tivemos?

Referências

ABRUCIO, F. L. *et al.* Combate à COVID-19 sob o federalismo bolsonarista: um caso de descoordenação intergovernamental. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 663-677, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200354>. Acesso em 30 set. 2020.

ASSOCIATION OF CITIES AND REGIONS FOR SUSTAINABLE RESOURCE MANAGEMENT (ACR). **Municipal waste management and COVID-19**. Brussels. 2020. Disponível em: <https://www.acrplus.org/en/municipal-waste-management-covid-19>. Acesso em 30 set 2020.

BLAIKIE, P. *et al.* **At risk: natural hazards, people's vulnerability, and disasters**. London and New York, Routledge; Taylor & Francis e-Library, 2005.

BRASIL. **Decreto n. 7.257 de 4 de agosto de 2010**. D.O.U. de 05/08/2010, p. 11.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública COE-COVID-19. **Boletim Epidemiológico**, v. 2, 28 de janeiro de 2020. Brasília. Disponível em: <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2020/janeiro/28/Boletim-epidemiologico-SVS-28jan20.pdf>. Acesso em 30 set 2020.

LEE, B.; SCHIAVON, F.; QUEIROLO, G. Crise política sob Bolsonaro completa 4 meses na pandemia; confira a evolução dos embates. **Folha de São Paulo**, 16 abr. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/relembre-episodios-explosivos-da-crise-politica-em-meio-ao-coronavirus.shtml>. Acesso em 30 set 2020.

FORTALEZA, C. Emergency science: Epistemological insights on the response to COVID-19 pandemics. **Infection Control & Hospital Epidemiology**, Cambridge, v. 1-2, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/ice.2020.209>. Acesso em 30 set 2020.

GONÇALVES, J. C.; SOUSA, R. D. Desafios de um planejamento integrado para prevenção de desastres, *In*: CARMO, R.; VALENCIO, N. F. L. S. (org.), **Segurança Humana no Contexto de Desastres**. São Carlos: RiMa Ed, 2014, pp. 127-139.

LANA, Raquel Martins et al. Emergência do novo coronavírus (SARS-CoV-2) e o papel de uma vigilância nacional em saúde oportuna e efetiva. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro. v. 36, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00019620>. Acesso em 30 set 2020.

LITEWKA, S. G.; HEITMAN, E. Latin American healthcare systems in times of pandemic. **Developing World Bioethics**, New Jersey, v. 20, n. 2, p. 1-5, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/dewb.12262>. Acesso em 30 set 2020.

MCENTIRE, D. A. Triggering agents, vulnerabilities and disaster reduction: towards a holistic paradigm. **Disaster Prevention and Management**, Bingley/UK, v. 10, n. 3, 2001, p. 189-196. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/09653560110395359>. Acesso em: 30 set 2020.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Folha informativa: COVID-19** (doença causada pelo novo coronavírus), 2020. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875. Acesso em 30 set 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Coronavirus disease (COVID-19) Weekly Report**. Data as received by WHO from national authorities, as of 10 am CEST 20 September 2020. Disponível em: https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200921-weekly-epi-update-6.pdf?sfvrsn=d9cf9496_6. Acesso em 23 set 2020.

PIGEON, P. Réflexions sur les notions et les méthodes en géographie des risques dits naturels. **Ann. Géo.**, Lyon, v. 111, n. 627-628, pp. 452-470. 2002. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_2002_num_111_627_21624. Acesso em 30 set 2020.

PUGLIESI, E., SANTIAGO, C. D., LEITE, W. C. A. GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E A PANDEMIA COVID-19: (des)preparo para enfrentamento da crise. *In*: VALENCIO, N., MARAN, C. (ed.). **COVID-19: crises entremeadas no contexto de pandemia**. São Carlos: UFSCar/CPOI, 2020, p. 129-144. Disponível em: https://www.sibi.ufscar.br/arquivos/covid-19-crisis-entremeadas-no-contexto-de-pandemia-antecedentes-cenarios-e-recomendacoes.pdf?fbclid=IwAR3CShlaa3WNOUoFigllcY4ZQK5usV9_Gg_zjFPr-wIERIZLCeVeMlf8-iM Acesso em: 04 de outubro de 2020.

ROSENBLOOM, D., MARKARD, J. A COVID-19 recovery for climate. **Science**, Washington D.C., v. 368, n. 6490, p. 447. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1126/science.abc4887>. Acesso em 30 set 2020.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO (SNIS). **Diagnóstico do manejo de Resíduos Sólidos Urbanos - 2018**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Regional, 2018. Disponível em: <http://www.snis.gov.br/diagnostico-anual-residuos-solidos/diagnostico-do-manejo-de-residuos-solidos-urbanos-2018>. Acesso em 30 set 2020.

SOUSA PINTO, A. E. América Latina é o epicentro da pandemia, e Brasil é o país mais preocupante, diz OMS. **Folha de São Paulo**, 22 mai 2020. Disponível em: <https://folha.com/ta0c786b>. Acesso em 30 set 2020.

TIERNEY, K. J. Aspectos socioeconômicos de la mitigación del peligro. *In*: LAVELL, A. (org.). **Al norte del río grande Ciencias Sociales, Desastres**: una perspectiva Norteamericana. La RED, Red de Estudios Sociales en Prevención de Desastres en América Latina, Ciudad de Panamá, 1994, p. 77-90.

UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION (UNISDR). **Sendai Framework for Disaster Risk Reduction 2015-2030**. Geneva, 2015. Disponível em: www.unisdr.org/files/43291_sendaiframefordrren.pdf. Acesso em 30 set 2020.

VALENCIO, N. Desastres, Ordem Social e Planejamento em Defesa Civil: o contexto brasileiro. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 4, p.748-762. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902010000400003>. Acesso em 30 set 2020.

VAN STADEN, C. COVID-19 and the crisis of national development. **Nature Human Behaviour**, Berlin, v. 4, p. 443-444. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41562-020-0852-7>. Acesso em 30 set 2020.

ZAMBRANO-MONSERRATE, M. A., RUANO, M. A., SANCHEZ-ALCALDE, L. Indirect effects of COVID-19 on the environment. **Science of the Total Environment**, Amsterdam, v. 728, p. 138813, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2020.138813>. Acesso em 30 set 2020.

CAPÍTULO 5

ARTETERAPIA COMO FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL PARA ENFRENTAR CONTEXTOS DISRUPTIVOS: resgate simbólico e reconstrução comunitária

Layla Stassun Antonio¹

Introdução

Em contextos de eventos disruptivos da ordem social, quando há uma desorganização impositiva e quebra da normalidade, comunidades inteiras se veem separadas e fora de sua territorialidade. Muitas vezes, tendo de lidar com perdas multidimensionais e um sofrimento que não encontra interlocutor. Esse texto pretende apontar porque a arteterapia é uma ferramenta com potencial de colaborar com a reestruturação de comunidades afetadas, restabelecer laços que foram desfeitos, resgatar memórias coletivas e o repertório simbólico de um grupo, fortalecendo-o e o reestruturando coletivamente, no sentido de construção de autonomia e de uma voz coletiva que o represente frente a outros atores envolvidos no contexto de recuperação. Buscando, através de um processo terapêutico em grupo, construir bases mais sólidas para o enfrentamento coletivo do desastre.

Para isso, primeiramente, abordaremos o que seria um desastre ou um evento disruptivo. Segundo Valencio e Valencio (2018): “O sofrimento social é aquilo que, em essência, define um desastre”. Um desastre inclui todo o desenrolar após um acontecimento físico trágico, ele geralmente possui uma duração muito maior do que o evento em si. “Os membros da coletividade, que vivenciam tal processo, experimentam variadas manifestações de dor física, psíquica e emocional, as quais deflagram diferentes tipos de perturbação, no ritmo e no sentido de suas vidas” (VALENCIO; VALENCIO, 2018, p. 20). Um

¹ Bacharel em Ciências Sociais (UFSCar) e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental (EESC/USP). Pós-graduanda em Arteterapia pela Faculdade Vicentina/Instituto Freedom. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED/UFSCar). Membro da Associação de Arteterapia do Estado de São Paulo (AATESP 578/1119). E-mail: stassun.layla@gmail.com

desastre não é um acontecimento pontual que causa um dano específico, mas é um processo que se desenrola em muitas dimensões da vida social, como reflete Valencio (2017, p.1-2):

Figura 1: Distinções entre evento, emergência e desastre

TIPO	EXTENSÃO TEMPORAL	CARACTERÍSTICAS
Evento	=====	Tempo cronológico de manifestação de um dado fator de perigo
Emergência	=====	Tempo burocrático exigido para a tomada de providências excepcionais pelas autoridades competentes
Desastre	=====	Tempo social no qual é deflagrado e vivenciado o sofrimento decorrente das perdas e danos havidos

Fonte: VALENCIO, N. e VALENCIO, A. 2018. p. 30.

As adversidades, que tomam a forma de inesperadas perdas e danos coletivos, podem evoluir de um modo mais desfavorável, tornando a crise crônica. Os desastres catastróficos são caracterizados não apenas pela perda da integridade física dos membros de uma dada coletividade (mortes, ferimentos e adoecimento inesperado) e destruição/danificação dos bens que lhes são essenciais para a sua vida prática e universo simbólico (Valencio, 2012), mas também pela incapacidade das autoridades fazerem frente às ameaças que se apresentam (Quarantelli, 2006). Com o desmantelamento de certas estruturas físicas do lugar e perda de meios essenciais (moradias; locais de trabalho; estoques de alimentos; rebanho e plantações; veículos, pontes e estradas, estabelecimentos escolares, de saúde, saneamento e energia e afins) assim como na inviabilização de fluxos usuais que conectam os sujeitos (em termos virtuais ou presenciais, indo da interrupção dos serviços de telecomunicação aos de transporte público), as estratégias de prevenção e preparação revelam-se relativamente inócuas. Mas, a dimensão trágica dos acontecimentos se amplia quando as providências concernentes à reabilitação e recuperação de longo-termo também ficaram aquém do esperado (VALENCIO, 2017, p.1-2).

Há um sofrimento coletivo e multifacetado das vítimas que muitas vezes não é endereçado, e até mesmo pode ser piorado pelos atores envolvidos no cenário de enfrentamento de um desastre. Valencio e Valencio (2018, p. 35) indica o que pode ocorrer:

Se as vítimas deixam de ser vistas como sujeitos sociais que precisam que suas vidas sejam reparadas em sua integralidade, e passam a ser representadas apenas a partir de alguns fragmentos de suas demandas, a serem geridas desarticuladamente em relação às suas expectativas, o sentido da vida pode se perder (VALENCIO; VALENCIO, 2018, p. 35).

Por uma série de motivos, pessoas que são vitimadas em desastres passam por uma série de novos desafios que se sucedem após o acontecimento trágico pontual. Muitos podem vir a apresentar sintomas de estresse pós-traumático. Há a possibilidade de vários atores envolvidos no cenário, que muitas vezes querem ajudar, porém, através de um modo de interação violento, no qual o sofrimento da vítima perde a sua especificidade, e não são respeitados os tempos e espaços próprios de reorganização subjetiva e intersubjetiva da família e da comunidade afetada, o que torna a situação toda ainda mais estressante. A gestão do desastre é feita por competências e demandas conflitantes, gerando certa pressão nas vítimas, que são instadas a se adaptarem ao linguajar, à dinâmica e ao receituário técnico, para que as suas demandas sejam aceitáveis, em um infundável preenchimento de formulários, regras de interação e outros dispositivos que lhes são estranhos (Valencio e Valencio, 2018). Valencio e Valencio (2018, p.31) exploram o autoritarismo no tratamento às vítimas pelas instituições:

Nos desastres catastróficos, os serviços técnicos de emergência gradativamente adotam e sucumbem a práticas mais autoritárias, que priorizam tratar o problema de forma a restituir a ordem social. Assim, controlam as vítimas como se fossem revoltosas, esquecendo as suas reivindicações (TIERNEY, BEVC e KULIGOWSKY, 2006 apud VALENCIO; VALENCIO, 2018, p. 31).

Uma pessoa que foi vítima de falha de proteção ao meio social, que sofreu perdas multidimensionais e se encontra em meio a uma série de crises agudas ou em uma crise crônica que se estende muito tempo após o acontecimento trágico desorganizador inicial, sofre de uma dor moral profunda. Pode ocorrer simultaneamente a perda de familiares, amigos, conhecidos, animais de estimação ou de criação, sua casa, meios de produção, vizinhança e locais comunitários importantes. Conforme o desastre se prolonga e se consolida no cotidiano das vítimas, estresses pós-traumáticos, transtornos de ansiedade e depressão são comumente desencadeados. Como concluem Reis e Carvalho (2016, p. 244) ao fazer uma revisão bibliográfica sobre o tema:

Em relação aos objetivos dos estudos, em todos os grupos de países pode ser observada a investigação da incidência de sintomas de TEPT² na população pesquisada o que se faz relevante, já que a literatura apresenta a associação entre o desenvolvimento do quadro após a ocorrência de fenômenos de desastres. Também se verificou que muitos estudos se referiram à questão das comorbidades com depressão, transtornos ansiosos, sintomatologia dissociativa e transtornos de personalidade, o que também vai de encontro com a literatura especializada (REIS; CARVALHO, 2016, p. 244).

A falta de acolhimento por todos os lados nos quais as vítimas procuram, o autoritarismo dos agentes envolvidos no desenrolar, e o não processamento de emoções e sentimentos de frustração, raiva e impotência, levam a um estado de apatia e desvinculamento da realidade:

Uma vez que o propósito que move tais atores externos [que se prestam ao atendimento de resposta ao desastre] aparenta ser muito louvável, e mesmo providencial, as vítimas têm pouco espaço de manobra para adotar narrativas próprias e estratégias emancipadas de ação. [...] Interações como estas podem ser consideradas como parte constitutiva de uma nova barbárie contemporânea. Nesse sentido, é preciso discutir como evitá-las (VALENCIO; VALENCIO, 2018, p. 35).

A Arteterapia é capaz de colaborar no processo de digerir os acontecimentos, sendo um local seguro, com o objetivo de transformar traumas em experiências traumáticas que podem ser superadas e transformadas em aprendizado. Ela providencia um espaço transicional no qual é possível se expressar e dialogar com aqueles sentimentos e emoções materializados através de recursos expressivos artísticos. A Arteterapia se utiliza do lúdico, assim como vemos serem utilizados em alguns trabalhos da Sociologia dos Desastres, com jogos de cooperação e maquetes interativas:

Uma das formas das crianças compreenderem e superarem os possíveis traumas diante do desastre é refletir sobre ele, discutir e dimensionar os riscos e perigos. Uma ferramenta que pode trazer resultados é oferecer atividades lúdicas e recreativas, como a proposta de desenhos temáticos. (PAVAN, 2009, p.98)

Vemos um exemplo a seguir, do porquê uma atividade lúdica como uma maquete interativa, fornece uma distância segura do evento e pode colaborar

² Transtorno de Estresse Pós-Traumático

inclusive na construção de uma comunidade mais segura, como também ajudar as vítimas a processar o ocorrido:

A maquete interativa, nesse aspecto, fornece não apenas uma base material em que cenários podem ser arrumados, desarrumados e rearrumados conforme a reflexão da criança, mas uma base material, em pequena escala, para que a mesma perceba, compreenda e atue, a uma distância emocionalmente mais segura, no rememorar das perdas e danos produzidos vivenciados ou testemunhados. Por meio de materiais miniaturizados (casas, veículos, árvores, bonecos) podem ser feitos, desfeitos e refeitos ordenamentos do espaço como algo dinâmico e passível de uma observação tridimensional (altura, largura e profundidade). Essa dinamicidade é que dá o sentido histórico da constituição do território, pois é uma tarefa que demanda ações coletivas de prevenção, preparação, resposta e reconstrução que podem ser feitas pelos diversos sujeitos em busca da constituição de uma comunidade mais segura. (VALENCIO; SIENA; MARCHEZINI, 2009, p. 205).

A Arteterapia se utiliza do lúdico, mas inclui um olhar terapêutico especializado para direcionar as atividades e acolher as questões que forem emergindo, tendo em vista o processo do grupo atendido.

No contexto de dor moral multifacetada, quando não se há atenção para essa dor coletiva, o mais comum é a dor coletiva ser transformada em dores individuais passíveis de serem medicalizadas individualmente. Entretanto, sabemos que dores emocionais nesse contexto são reações humanas completamente justificáveis. Reações humanas de luto e tristeza não são necessariamente patológicas, são reações esperadas em um contexto disruptivo, precisam de tempo e acolhimento para serem processadas.

A comunidade coletivamente poderia se acolher mutuamente caso houvesse a disponibilidade do serviço de encontros grupais arteterapêuticos para a comunidade. Arteterapia é uma das PICS - Práticas Integrativas e Complementares reconhecidas pelo SUS – Sistema Único de Saúde. Entretanto, não são todas as unidades e municípios que possuem disponibilidade de atendimento. A demanda para esse tipo de atendimento é latente. Podemos citar a cidade de Brumadinho como exemplo, que um ano após o rompimento da barragem da Vale, teve um aumento de 80% no uso de ansiolíticos (FREITAS; ALMEIDA, 2020) e crescimento no número de suicídios e tentativas de

autoextermínio, segundo a Secretaria Municipal de Saúde de Brumadinho. A cidade registrou aumento de 400% na demanda por atendimento em saúde mental no sistema público de saúde (DEMANDA, 2020).

Saúde pública em desastres

Recomendações de estudos recentes de saúde pública em desastres (NOAL; RABELO; CHACHAMOVICH, 2019; NEVES et al., 2018) indicam que há uma grande lacuna no atendimento de uma população afetada quando somente a perspectiva de atenção individual existe. Há uma falta de espaço para políticas públicas voltadas para o acolhimento e compartilhamento comunitário. A princípio, podemos pensar em alguns impedimentos existentes para que os laços sociais de vizinhança prévios sejam mantidos e reforçados. A falta de um local comunitário, a dispersão dos moradores em novas moradias provisórias em outras territorialidades, o não interesse das autoridades em reunir os afetados para que não haja reivindicações organizadas, entre outros. A necessidade de acompanhamento psicológico ao longo do tempo, a médio e longo prazos, é latente, entretanto, pouco se fala sobre uma reconstrução simbólica da subjetividade do grupo, que teve sua identidade coletiva ceifada de uma hora para outra. Uma comunidade que se vê despedaçada, separada contra sua vontade, seria muito beneficiada em seu processo de recuperação, fossem fornecidos encontros sociais e atividades terapêuticas em grupo, para compartilharem seu sofrimento com outros indivíduos que também tiveram grandes perdas no mesmo acontecimento e estejam passando pelas mesmas dificuldades, para assim não se verem sozinhos nesse enfrentamento, o próprio grupo seria um fator de resiliência.

A cada novo desastre de proporções catastróficas, fica mais evidente que a produção de espaços para o apoio psicossocial coletivo é imprescindível, como os autores abaixo focalizam, ao estudarem o impacto na saúde mental em Brumadinho e em Mariana:

Destaca-se que a estratégia de cuidado no território, desenvolvida junto às equipes do SUS, pode ser mantida a médio e longo prazos, bem como oportuniza um trabalho de fortalecimento das redes de apoio socioafetivas, desde que os

profissionais estejam atentos às diferentes formas de sofrimento que podem ser desenvolvidas nos meses subsequentes, como por exemplo: o aumento do uso de álcool e medicamentos benzodiazepínicos, além de medicações analgésicas e anti-inflamatórias. Tais aumentos indicam que novas estratégias de apoio psicossocial devem ser criadas para que o sofrimento psíquico seja ouvido e não apenas calado pela medicação. O fortalecimento dos vínculos sociais e o empoderamento das redes de apoio estão na base do apoio psicossocial e, portanto, têm ligação intrínseca com a comunidade que está sendo atendida. [...]

Aspectos econômicos e políticos permeiam a vivência dos sobreviventes e devem ser considerados ao se propor o fortalecimento do protagonismo dos afetados, sendo que tal estratégia reafirma a autonomia e busca pela dignidade que são importantes mediadores do sofrimento psíquico (NOAL; RABELO; CHACHAMOVICH, 2019, p. 5-6).

O estado de vulnerabilidade da população estudada nos convoca a pensarmos em medidas multidisciplinares focadas na melhora de sua qualidade de vida e bem-estar, não apenas no tratamento de doenças, mas na prevenção de agravos e de seu surgimento nos estratos mais jovens da população atingida. Nesse sentido, devemos pensar não em medidas universais de tratamento, mas em intervenções dirigidas para as diferentes faixas etárias [...]

Dessa forma, podemos considerar que a população afetada pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana está extremamente vulnerável quanto à saúde mental, mesmo após dois anos terem se passado do desastre. Fortalecer a rede de cuidados de saúde de forma contínua e de longo prazo é um dos pontos-chave para a reconstrução das comunidades afetadas pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana. (NEVES et al., 2018, p. 74).

O que é Arteterapia

A Arteterapia é um dispositivo terapêutico de prática transdisciplinar, que visa resgatar o ser humano em sua integralidade através de processos de autoconhecimento e transformação. Se utiliza de diversos materiais e linguagens que compõem os processos de criação artística e de ações culturais como meios de promover a saúde (COQUEIRO; VIEIRA; FREITAS, 2010). É um processo predominantemente não-verbal, que permite ao indivíduo expressar simbolicamente suas sensações, os sentimentos e as imagens do seu mundo interior e desenvolver assim um processo de auto-organização psíquica. O processo arteterapêutico resultará numa produção simbólica provida de uma materialidade que permite atribuir significado a informações advindas de níveis profundos da psique, apreendidas pouco a pouco pela consciência (OGA, 2014).

O valor da produção artística encontra-se no fazer terapêutico, se ela carrega efetivamente um sentido para o viver da pessoa em questão, ao invés de qualquer valor estético, conforme reflete Gonçalves (2010, p.31):

A arteterapia implica uma situação de ajuda, auxílio a um outro que está em situação de sofrimento ou desconforto. Ela pressupõe uma busca, uma transformação, a fim de que o processo de desenvolvimento do sujeito possa se dar de forma natural, desenvolvendo sua individualidade, estabelecendo diferenciações, permitindo o emprego de recursos de contato e acesso ao imaginário como elemento de saúde. A criatividade, nesse sentido, é de fundamental importância, tanto como exercício de liberdade no trato com os materiais quanto como recurso de aprimoramento da fluência e da flexibilidade, como propiciadora de ideias originais e inovadoras, de sensibilidade, fantasia, imaginação, independência, curiosidade e confiança (GONÇALVES, 2010, p. 31).

A Arteterapia tem o potencial de promover por meio de atividades lúdicas e criativas, o desenvolvimento de competências pessoais, o aumento da capacidade de ação, expressão e organização do indivíduo. O sujeito só é sujeito porque imagina, cria e se expressa (SANTOS, 2006). As atividades na Arteterapia devem valorizar as experiências culturais dos indivíduos, considerando-os como seres criativos e construtores da própria história. Aceitando e acolhendo os diversos aspectos dos participantes, como os afetivos, culturais, cognitivos, motores, sociais entre outros, tão importantes na saúde integral do ser humano. A Arteterapia configura-se como um eficaz meio para canalizar, de maneira positiva, o sofrimento psíquico, assim como os conflitos pessoais e com familiares. Há minimização de fatores negativos de ordem afetiva e emocional, tais como: angústia, estresse, medo, agressividade, isolamento social, apatia, entre outros (COQUEIRO; VIEIRA; FREITAS, 2010).

Criatividade e sentido

A Arteterapia desponta por acreditar no potencial criador do ser humano diante de uma realidade social, psicológica, ecológica, econômica e cultural nem sempre favorável, com inúmeros desafios que nosso século apresenta. A intervenção arteterapêutica representa um caminho para o resgate da saúde, assim como para a promoção da saúde, diante de um público diverso e tendo o

ser humano como ponto de encontro e seu ser criador como aspecto a ser resgatado, acordado ou alavancado. O sujeito social que foi afetado por um desastre, tendo o devido acolhimento de sua dor e apoio necessário, tem aumentada sua capacidade de enfrentamento, com tempo e espaço para processar o luto e se reestabelecer em suas plenas capacidades ao se reinventar como ser humano.

O criativo emerge como elemento essencial para se lidar com crises multifacetadas e a arteterapia permeia o caminho da flexibilidade psíquica diante das situações-problemas encontradas durante a vida. A prática de Arteterapia em grupos é permeada por ações criadoras de sentido. Práticas grupais e trabalhos de expressão plástica permitem que cada pessoa toque o “si mesmo”, fortalecendo sua conexão com o universo e direcionando a energia criativa para a elaboração de projetos na vida. Trabalha o conteúdo simbólico expresso, de forma que cada um significa e contextualiza sua criação, dentro do grupo e com o grupo. No trabalho arteterapêutico, caminhos criativos trazem significados às experiências vivenciadas, conteúdos pessoais vêm à tona e são elaborados, a expressão de imagens visuais possibilita a produção de fantasia e o imaginário abre todo um leque de opções. Há uma estimulação do nível mais profundo da consciência de modo que o pensamento criador emerge desinibido, subjetivo e fluido (ALLESSANDRINI, 2010).

Atuação comunitária

Como temos enfatizado até o momento, a atuação psicossocial em contexto de desastres deve ser coletiva, Valencio e Valencio (2018, p. 22) esclarecem sobre a natureza do sujeito coletivo:

Um processo repentino de desorganização da vida, que suscita variadas manifestações de dor e sentimento de perda, atravessa a vida privada e subjetividades, quando os diferentes grupos afetados se apercebem que seu drama pessoal está enredado ao sujeito coletivo. Isso produz a dimensão pública do desastre como uma situação-limite coletiva, na qual os reveses múltiplos, que atingem inúmeras pessoas, de modo súbito e simultâneo, pedem prioridade no âmbito da agenda governamental. (VALENCIO; VALENCIO, 2018, p. 22)

Em encontro realizado em 29 de maio de 2020, a arteterapeuta chilena Pamela Reyes (2020), ao discorrer sobre sua abordagem cultural em situações de emergência, afirma a importância da atuação comunitária, dado as diretrizes da OMS e da Unesco que recomendam que atuações culturais em desastres não sejam individuais. É necessário um trabalho comunitário quando a população de uma comunidade é o sujeito coletivo que foi afetado. Ela segue descrevendo que experiências são compartilhadas no grupo, mas cada indivíduo tem as suas, são distintas.

Um trabalho coletivo de criação de um mapa é citado, no qual o mapa se torna um espaço transicional, entre a realidade e a fantasia, na qual os participantes trazem sua experiência com o desastre, cada um a sua. Assim, é possível tomar distância da realidade para poder elaborar o que foi vivido. Nesse trabalho de representação há espaço potencial para a metabolização do seu contexto. Para digerir os acontecimentos, ao materializar a experiência, o participante pode transformar o mundo externo em algo digerível, em algo dialogável. O sofrimento multidimensional e dor moral muitas vezes não são exprimíveis em palavras, por isso uma terapia não-verbal também se encaixaria perfeitamente com grupos de vítimas de desastres.

A Arteterapia sempre terá um elemento de identidade comunitária. Produzir cultura e arte são direitos humanos e fatores de resiliência. Reyes (2020) delinea a importância da memória coletiva. Idosos chilenos que já haviam passado por outros grandes terremotos em suas vidas, possuíam cantos, louvores e cantavam sobre eventos anteriores, se enxergavam como sobreviventes e não como vítimas. A cultura é patrimônio vivo, recurso para resiliência. Pessoas que tem sua história reconhecida são sujeitos sociais em sua plenitude. É um fator de resiliência comunitária. É muito comum durante um trabalho arteterapêutico o surgimento espontâneo de mitos locais e o resgate da arte popular comunitária. É importante realizar uma reconstrução da memória coletiva quando há uma ruptura da história coletiva. Através da Arteterapia podemos trabalhar a vulnerabilidade, elaborar o disruptivo. Escutar. Acolher a experiência do Outro. O Arteterapeuta e o grupo desempenham a função de testemunhas, permitindo a expressão. O testemunhar é importante porque todo

sujeito precisa de alguém que seja capaz de acolher a nossa experiência. Tolerar e imaginar a experiência dolorosa do Outro. Inclusive, as necessidades que a comunidade traz como importante para sua própria recuperação. A singularidade de expressão de cada membro do grupo, em sua subjetividade, na relação consigo mesmo e com os participantes do processo arteterapêutico vivenciado pelo grupo constrói uma voz comunitária. Aqui podemos citar o rico trabalho feito por Younes-Ibrahim e Sá (2014) para buscar a visão de desastre sob o ângulo das comunidades atingidas, com mapas mentais feitos com grupos de mulheres vítimas do desastre hídrico da região serrana do Rio de Janeiro. Os autores refletem sobre a necessidade desse resgate emocional comunitário:

Destacamos que nas propostas relacionadas a desastres e emergências, não encontramos a intenção de ajuda na recuperação do ser humano. As ações giram em torno da ajuda ao externo, ao meio ambiente. Não vimos proposta concreta de auxílio àqueles que tiveram suas vidas abaladas por perdas humanas, sofrimento e desespero. [...] A Rede de Cuidados – RJ vem denunciando em seus trabalhos e eventos que esse algo mais que está faltando no quebra-cabeças é o humano. Não o humano para quem vamos devolver, através de promessas, sua vida perdida, seu trabalho e sua casa, mas o humano que nos humaniza, que nos torna humanos iguais àqueles que foram atingidos no seu íntimo e no seu equilíbrio emocional. Antes de procurar recuperar e reconstruir o mundo externo, precisamos efetivar o resgate emocional daqueles que foram atingidos por essas catástrofes, dar-lhes uma chance para que consigam se re-conhecer, re-equilibrar, re-significar e resgatar sua própria humanidade. O olhar perdido no horizonte, o choro compulsivo, as palavras desconexas, a raiva exacerbada, o silêncio, tudo isso faz parte do momento em que o íntimo foi destruído pelo acontecimento surpresa, pela força dos elementos e pela perplexidade das perdas. Resgatar o emocional é o caminho para que o organismo possa se re-equilibrar, possa retomar seu centrimento e novamente tomar em suas próprias mãos as rédeas da vida (YOUNES-IBRAHIM; SÁ, 2014, p. 115).

Horizontalidade e construção coletiva

São inúmeros os motivos pelos quais o formato de atendimento da arteterapia em grupo é propício para um compartilhamento de histórias e elaboração de uma voz coletiva e horizontal. Dentro do próprio campo da Sociologia dos Desastres já foram realizados alguns estudos que indicam algumas dessas vantagens. Os participantes frequentemente são pedidos para se sentarem em círculos.

Ainda que não seja um imperativo, uma condição para que os participantes joguem no tabuleiro é sentarem em círculo. A postura e a disposição que o grupo assume fisicamente favorece ou desfavorece o surgimento de determinadas posturas e disposições psicológicas. Sentar ao redor de um tabuleiro ativa forças grupais tão primitivas quanto sentar ao redor de uma fogueira. O “sentar em círculo” coloca os integrantes do grupo em posição de igualdade. Todos são vistos igualmente e conseguem ver uns aos outros. Isso também elimina qualquer hierarquia com relação ao direito do uso da palavra. Todos têm a mesma possibilidade de se expressar no grupo. Diferentemente do que se possa pensar, isso não gera – necessariamente – confusão na comunicação. Ao contrário, quando se estabelece um contrato de comunicação no grupo, ele tende a ser respeitado por todos. As pessoas têm muito menos tendência a se dispersar nessa posição. São mais participativas e melhores ouvintes. O círculo nos convoca de uma forma meio ancestral e ativa, imediatamente, o sentimento de pertença em cada membro do grupo. Ele é inclusivo, igualitário e transformador (SILVA, 2009, p. 221)

A Arteterapia traz consigo a dinâmica da ludicidade, o movimento do corpo, imaginação e realizações artísticas manuais, que possibilitam o acesso sutil ao inconsciente. Uma base de apoio é “o brincar”, possibilitando assim, maior conexão e leveza de assuntos importantes que na maioria das vezes são revelados nos momentos de interação social.

O caráter lúdico da experiência permite abordar temas desafiadores e delicados de uma forma confortável, preservando os participantes e evitando confrontos improdutivos e desgastantes. As resistências do grupo diminuem muito quando se tem um elemento lúdico como mediador da vivência. [...] Quando se consegue minimizar as resistências, o ganho em termos de qualidade na comunicação é imenso. (SILVA, 2009, p. 222)

Silva ainda discorre que ao utilizar jogos de tabuleiro, estamos apostando na capacidade do grupo de se autorregular. O protagonismo é sempre do grupo, o jogo é apenas um pano de fundo que vai espelhar a realidade e permitir que os participantes exercitem novas formas de pensar e agir. O grupo vai crescer e construir sua própria experiência, com o facilitador contribuindo apenas com algumas percepções e questionamentos. Nesse contexto, a liderança é um valor compartilhado, não um objeto de disputa.

Liberadas das preocupações com disputas, as pessoas ingressam num outro nível de comunicação e criatividade. Elas têm a oportunidade de refletir sobre desafios comuns. Podem

compartilhar experiências e percepções. Criam um espaço no qual todas são ouvidas. Caminham pelo tabuleiro juntas e percebem que podem construir e trilhar uma verdadeira jornada de transformação. (SILVA, 2009, p. 223)

Há a possibilidade de uma horizontalidade de vozes, uma polifonia entre sujeitos com históricos diferentes. A Arteterapia como sendo uma terapia não-verbal, inclui a todos, permitindo que a comunicação ocorra em diversos níveis.

O uso coletivo de uma ferramenta pode ser manejada, com igual destreza, por sujeitos que portam trajetórias, saberes e conhecimentos diversos suscita um nivelamento argumentativo, isto é, uma autêntica polifonia. Significa dizer, o estabelecimento de uma relação não assimétrica posto que, na atividade, todos devem ter igual oportunidade de expressar suas visões de mundo na paisagem construída, cujos arranjos visuais dos elementos e suas inter-relações no espaço propiciam que os conflitos territoriais fiquem evidenciados, visualmente, para as partes. Uma vez o suporte da maquete na construção argumentativa e na vocalização dos sujeitos sobre os processos de territorialização problemáticos, maior a possibilidade de engendrar cenários melhores, frutificados em torno de outros compromissos coletivos. (VALENCIO; SIENA; MARCHEZINI, 2009, p. 214).

Em artigo de 2009, Pavan faz constatações que apontam ainda mais benefícios em se utilizar arteterapia no atendimento de comunidades afetadas. No caso de crianças, desenhos foram instrumentos eficientes para se entender sua vulnerabilidade e estabelecer uma comunicação sobre o que havia acontecido. Houve também ampla aderência espontânea à atividade, inclusive de adolescentes, devido a rotina entediante do abrigo e a falta de atividades de recreação ou brinquedos. O autor ainda aponta o resgate da memória e a representação de incertezas sobre o futuro:

Enquanto desenhavam, as crianças resgataram na memória e na sua história de vida, as características das suas moradias no pré-desastre e somaram a esta representação seus medos, preocupações e sofrimentos para ilustrar a situação das suas casas no pós-desastre. (PAVAN, 2009, p.101)

Medo e insegurança na modernidade

O número de decretos de desastres nas graduações situação de emergência (SE) e estado de calamidade pública (ECP), cresce

significativamente no Brasil ano após ano (VALENCIO, 2015). E a tendência decorrente do aquecimento global e das mudanças climáticas, amplamente constatadas pela ciência, colocam a questão da perspectiva de atendimento e acolhimento emocional de grupos afetados por desastres em voga e necessário de ser pensado com maior profundidade a partir de um olhar multidisciplinar das áreas das ciências sociais, da saúde pública, assim como por agentes de saúde, em busca de amparar e fornecer serviços mais adequados a essa parcela da população que só aumenta.

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia mundial de COVID-19, no qual lidamos com um novo vírus, que trouxe a disrupção da normalidade e a necessidade de novas rotinas e sociabilidades. Uma nova onda de incerteza e insegurança sobre o futuro nos perpassa. Em relação aos desastres corriqueiros, relacionados às chuvas, por exemplo, a cada verão, a falta de soluções do poder público e da sociedade trazem destruição a áreas que são, ano após ano, afetadas preferencialmente e que geram um estresse permanente nos residentes. Cidades inteiras que convivem com barragens com risco considerável de rompimento também colocam seus moradores em permanente estresse. Esses são três diferentes contextos de apreensão e sofrimento coletivo cujos grupos sociais afetados se beneficiariam de serviços de apoio à comunidade, quando essa vê seus modos de vida, moradia, sociabilidade e a própria integridade da vida ameaçada. Há um estado de estresse crônico na rotina dos que se vêm mergulhados na dinâmica ambígua da modernidade, com seus incluídos precários e excluídos sociais, o que sem dúvida provoca enormes déficits na saúde plena desses indivíduos e coletividades.

Na ocorrência de uma calamidade, se somos afetados, precisamos desorganizar nossos sistemas e criar novos parâmetros de sociabilidade. Uma recodificação do mundo a sua volta é necessária, para garantirmos a nossa sobrevivência. Os líderes das antigas civilizações tentavam interceder ao céu, realizando rituais, jejuns e sacrifícios. Rituais mágicos e cerimônias traziam algum tipo de conforto, era um meio de mitigar a ansiedade do medo da ameaça ao próprio cosmos. Hoje em dia não temos as ferramentas calmantes dos rituais e da conexão com a natureza. No nosso mundo ocidental moderno ainda somos

perseguidos pelo medo. O medo arcaico da ruína do cosmos é o mesmo medo contemporâneo do século XXI (TUAN, 2005).

Tuan (2005) fala de uma maior consciência das incertezas nos dias de hoje que nos leva a crer que o passado era mais estável. Os novos medos são resultados de maior conhecimento e maior consciência, é o receio de uma catástrofe iminente em escala global e a nossa constante preocupação com o futuro. Na modernidade não nos permitimos acreditar na tradição, em rituais e crenças que nos trariam certo conforto. Em vez disso vivemos na incerteza das estatísticas, sujeitos ao acaso e a mercê do descaso governamental, de um capitalismo desenfreado e de uma política neoliberal que em nada se preocupa com o bem-estar da população. A Arteterapia pode realizar uma espécie de papel substituto ritualístico, o próprio grupo se torna um fator de resiliência e testemunha do sofrimento social vivido, assim os laços sociais podem ajudar a restabelecer alguma harmonia essencial, trazendo algum consolo e certa confiança nos ciclos da vida e da natureza, ao participar da reconstrução e resgate de um universo simbólico compartilhado.

Considerações finais

Esse texto buscou apresentar sucintamente a potencialidade da Arteterapia como forte aliada no reestabelecimento da saúde plena de indivíduos que sofreram perdas multidimensionais e muitas vezes indizíveis, dificilmente expressas somente em palavras, que sofrem o peso da impotência diante dos acontecimentos coletivos trágicos, da violência e do descaso do poder público e de outros agentes, em relação às suas perdas objetivas e simbólicas.

O trabalho comunitário atua promovendo história, memória coletiva, elaboração que precisamos fazer frente a um evento disruptivo. O desastre desloca a vida cotidiana, que antes parecia estável. As catástrofes têm em comum uma sensação de falta de sentido. Em níveis distintos, as artes devem estar presentes como elemento cultural para o enfrentamento e recuperação.

A indignação e mobilização social e coletiva não devem ser ignorada por agentes da saúde, mas pode ser incorporada na superação, na criação de novos laços e atividades que impulsionam uma nova vida, uma nova realidade que

convive com o acontecimento trágico, que incorpora aquela dor, raiva e luto, em força para continuar e se buscar justiça e reparação. Nossa subjetividade se constrói na nossa cultura.

É uma questão social muito complexa para simplesmente serem oferecidos soluções individuais, pontuais e na medida que existem condições financeiras para esse serviço. Os desabrigados e desalojados em desastres que danificam ou destroem moradias perderam sua rotina, sua casa, seus meios de produção, além de precisar lidar com o luto pelos muitos conhecidos perdidos ou familiares que se foram de um dia para o outro, muitas vezes sem nem poder velar seus corpos e dar um encerramento digno à essa relação. Uma comunidade afetada pode não mais compartilhar de uma estabilidade em relação ao território. Moradias improvisadas, casas de parentes, abrigos temporários, todos faltam com os requisitos básicos para se ter paz interior, espaço para devaneios, para o processamento desse luto, para reorganização de mundos e de conteúdos internos que estão em transformação permanente, decorrentes de fatores externos impositivos. O desastre não é uma questão individual, é algo vivido coletivamente, que tem componentes intersubjetivos que merecem espaços de compartilhamentos.

Com esse texto não somente proponho maior investigação sobre o tema e a utilização da arteterapia como ferramenta para a reconstrução dos laços comunitários, o resgate da memória coletiva de uma comunidade, no processamento de traumas e elaboração das experiências disruptivas para que se tornem algo com o que a pessoa possa se relacionar e aprender. Também proponho que essa seja uma ferramenta de construção de um repertório simbólico em comum e que a partir disso, a voz da comunidade seja ouvida, levada em consideração pelas autoridades envolvidas em um desastre. Como enfatizam Boin, Ekengren e Rhinard (2013, apud Valencio; Valencio, 2018, p.29): “crises não falam por si mesmas, mas pela compreensão de seus intérpretes”.

Por último, devo destacar também a importância de estudos que registrem a saúde desses grupos sociais, para sabermos a eficácia de políticas públicas coletivas no seu restabelecimento e o quanto políticas de prevenção, tanto de desastres, quanto de saúde mental, poderiam economizar não só em prejuízos

materiais e custos econômicos, mas também em sofrimento humano, animal e ambiental como um todo.

Referências

ALLESSANDRINI, C. D. Prefácio. *In*: SEI, M. B.; GONÇALVES, T. F. (org.). **Arteterapia com grupos**: aspectos teóricos e práticos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010, p.15-20.

COQUEIRO, N. F.; VIEIRA, F. R. R.; FREITAS, M. M. C. Arteterapia como dispositivo terapêutico em saúde mental. **Acta Paul. Enferm**, v. 23, n. 6, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002010000600022&lng=pt&tlng=pt Acesso em: 06/11/2020.

DEMANDA por atendimento em saúde mental em Brumadinho cresce 400%. **A Gazeta**, Vitória, 25 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/brasil/demanda-por-atendimento-em-saude-mental-em-brumadinho-cresce-400-0120> Acesso em: 06/11/2020.

FREITAS, R.; ALMEIDA, F. Brumadinho convive com adoecimento mental um ano após tragédia da Vale. **G1 Minas e TV Globo**, Brumadinho, 21 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/01/21/brumadinho-convive-com-adoecimento-mental-um-ano-apos-tragedia-da-vale.ghtml> Acesso em: 06 de novembro de 2020.

GONÇALVES, T. F. Questões acerca da Arteterapia. *In*: SEI, M. B.; GONÇALVES, T.F. (org.). **Arteterapia com grupos**: aspectos teóricos e práticos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010, p.27-43.

NEVES, M. C. *et al.* (org.). **PRISMMA**: Pesquisa sobre a Saúde Mental das Famílias Atingidas pelo Rompimento da Barragem do Fundão em Mariana. Belo Horizonte: Corpus, 2018. Disponível em: <https://www.dropbox.com/s/xcf9eipofq3qd9y/Relatorio%20PRISMMA.pdf> Acesso em: 06/11/2020.

NOAL, D. S.; RABELO, I. V. M.; CHACHAMOVICH, E. O impacto na saúde mental dos afetados após o rompimento da barragem da Vale. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 5, 2019. Disponível em: http://cadernos.ensp.fiocruz.br/static/arquivo/csp_0484_19-pt.pdf Acesso em: 06 de novembro de 2020.

OGA, C. R. Arteterapia com adolescentes em situação de vulnerabilidade social: Novas perspectivas, novas realidades. **Revista de Arteterapia da AATESP**, São Paulo v. 5, n. 2, 2014, p. 2-22. Disponível em: https://www.aatesp.com.br/downloads/revista_v5_n2.pdf Acesso em 06 de novembro de 2020.

PAVAN, B. J. C. O olhar da criança sobre o desastre: Uma análise baseada em desenhos. *In*: VALENCIO, N.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V.; GONÇALVES, J.C. (orgs.) **Sociologia dos Desastres: construções, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos: RiMa Editora, 2009. p. 96-106. Disponível em:

http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/diversos/mini_cd_oficinas/pdfs/Livro-Sociologia-Dos-Desastres.pdf Acesso em: 06 de novembro de 2020.

QUARANTELLI, E. A social science research agenda for disasters of the 21st century: theoretical, methodological and empirical issues and their professional implementations". In: PERRY, R. W.; QUARANTELLI, E. L. (ed.). **What is a disaster?** New answers to old questions. Blumington: XLIBRIS, International Research Committee on Disasters, 2005, p. 325-396.

REIS, A. M.; CARVALHO, L. F. Produção científica sobre o Transtorno de Estresse Pós-Traumático no contexto de desastres. **Avaliação Psicológica**, Itatiba, v. 15, n. 2, agosto, 2016, pp. 237-247. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3350/335047428013.pdf> Acesso em: 06 de novembro de 2020.

REYES, P. Arteterapia em situações de emergências e desastres. Encontro online realizado em 29 de maio de 2020. São Paulo. Departamento de Arteterapia do Instituto Sedes Sapientiae. Disponível em: <https://youtu.be/mvpTOtz-WJE>. Acesso em: 06/11/2020.

SANTOS, D. P. **Psicopedagogia dos Fantoches**: jogo de imaginar, construir e narrar. São Paulo: Vetor Editora, 2006.

SILVA, S. F. L. Cooperação e visão sistêmica em equipes de trabalho: Uma proposta com jogos cooperativos em tabuleiro. In: VALENCIO, N. SIENA, M. MARCHEZINI, V. GONÇALVES, J.C. (org.). **Sociologia dos Desastres**: Construções, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: Rima Editora, 2009. p. 216-224. Disponível em: http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/diversos/mini_cd_oficinas/pdfs/Livro-Sociologia-Dos-Desastres.pdf Acesso em: 06 de novembro de 2020.

TUAN, Yi-fu. **Paisagens do medo**. São Paulo: Editora UNESP. 2005.

VALENCIO, N. **Para além do "dia do desastre"**: o caso brasileiro. Curitiba: Ed. Appris, 2012.

VALENCIO, N. Desastres normais: das raízes aos rumos de uma dinâmica tecnopolítica perversa. In: SIQUEIRA, A.; VALENCIO, N.; SIENA, M.; MALAGOLI, M. A. (org.). **Riscos de desastres relacionados à água**: Aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos. São Carlos: RiMa Editora, 2015. p. 79-120. Disponível em: http://www.neped.ufscar.br/Arquivos/riscos_desastres_relacionados_aguae_book.pdf. Acesso em: 06 de novembro de 2020.

VALENCIO, N. A ordem invisível por detrás do caos aparente: arquitetura do poder e desfiliação social no contexto de desastre. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 41., 2017, Caxambu. **Encontro Anual**. (GT6 - Conflitos e desastres ambientais: violação de direitos, resistência e produção do conhecimento). Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/322554768_A_ordem_invisivel_por_detras_d_o_caos_aparente_arquitetura_do_poder_e_desfiliacao_social_no_contexto_de_desastre Acesso em: 06 de novembro de 2020.

VALENCIO, N.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V. Maquetes interativas: Fundamentos teóricos, metodológicos e experiências de aplicação. *In*: VALENCIO, N.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V.; GONÇALVES, J. C. (org.). **Sociologia dos Desastres: Construções, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos: RiMa Editora, 2009, p. 199-215. Disponível em:

http://www.crpssp.org.br/portal/comunicacao/diversos/mini_cd_oficinas/pdfs/Livro-Sociologia-Dos-Desastres.pdf Acesso em: 06 de novembro de 2020.

VALENCIO, N.; VALENCIO, A. O assédio em nome do bem: dos sofrimentos conectados à dor moral coletiva de vítimas de desastres. **Revista Lumina**, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, p. 19-39, mai./ago. 2018. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/331101070_O_assedio_em_nome_do_bem_dos_sufrimentos_conectados_a_dor_moral_coletiva_de_vitimas_de_desastres

Acesso em: 06 de novembro de 2020.

YOUNES-IBRAHIM, S.; SÁ, L. H. Abandono: o grande desastre. Newcastle upon Tyne and São Paulo: VALENCIO, N. (ed.). **WATERLAT-GOBACIT Network Working Papers**. Thematic Area Series SATAD – TA8 - Water-related Disasters, v. 1, n. 1, p. 110-144, 2014. Disponível em: <http://waterlat.org/WPapers/WPSATADNo1.pdf> Acesso em: 06/11/2020.

CAPÍTULO 6

CRISE VIVENCIADA: dimensões subjetivas das experiências de crianças e adolescentes durante a pandemia da COVID-19

Juliana Sartori

Introdução

No contexto da COVID-19, crianças e adolescentes foram vítimas ocultas da pandemia, pois, apesar de não serem o grupo mais afetado em relação ao número de contaminações, foram expostos aos riscos relacionados às questões de acesso à educação e a outros direitos sociais.

As crianças e adolescentes foram reconhecidas institucionalmente, pelo Estado brasileiro, enquanto sujeitos de direitos, o que está consagrado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Dentre tais direitos, destacamos: o direito à vida; à proteção; à alimentação; à educação, à cultura, ao esporte e lazer; à saúde; à liberdade, ao respeito, à dignidade; à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990). Tais direitos se entrelaçam e se vinculam fortemente a partir do olhar multidimensional da experiência da criança e adolescente – por exemplo, a falta do acesso à educação de qualidade afeta a criança na garantia de outros direitos sociais, já que esta poderá estar desprotegida no acesso a outros direitos como saúde, alimentação, entre outros – bem como exigem a intersetorialidade e articulação entre políticas públicas, o que deve ser providenciado para que o acesso a esses direitos sejam garantidos a todo esse grupo social.

O objetivo do presente artigo consiste em realizar uma análise introdutória sobre aspectos do impacto da pandemia na vida de crianças e adolescentes, considerando as referências teóricas sobre desastres socioambientais (VALENCIO, 2012a, 2012b; OLIVER-SMITH, 1998; PERRY, 2007) e o processo de desritualização da vida cotidiana (THORNBURG; KNOTTNERUS; WEBB, 2007).

Compreendendo a crise: uma análise a partir dos referenciais conceituais sobre desastres socioambientais

Assim como os demais tipos de desastres socioambientais, a pandemia da COVID-19 tem instaurado uma crise no corpo social, isto é, apresenta novas complicações e desafios no modo como o meio social afetado organiza as suas rotinas de vida (VALENCIO, 2012a; OLIVER-SMITH, 1998). Então, para compreendermos a crise relacionada esta pandemia, convém primeiramente definir o conceito de desastres socioambientais que funda a nossa reflexão.

Os desastres socioambientais consistem na relação entre diversos processos e eventos – sociais, ambientais, culturais, políticos, econômicos, físicos e tecnológicos –, comportando-se como um evento totalizante (OLIVER-SMITH, 1998). Essa multidimensionalidade se configura como expressão de sistemas físicos, biológicos, sociais que se expressam na interação entre populações, grupos, instituições e práticas (OLIVER-SMITH, 1998). Compreender essa característica multidimensional do problema, considerando a pandemia da COVID-19, envolve o desafio de integração de diversos campos do conhecimento e exige articulação entre setores técnicos distintos para a tomada de decisões e ações conjuntas, que considerem questões de saúde, sanitárias, políticas, econômicas, educacionais, sociais, entre outras.

O desastre consiste em um evento que não pode ser compreendido como sendo um evento pontual e singular, porque suas raízes estão na estrutura e dinâmica do corpo social onde foi deflagrado (VALENCIO, 2012a). Essa concepção apresenta diferentes camadas espaciotemporais, que se intercalam, se influenciam e se apresentam como um cenário de alta complexidade e que deve ser analisado a partir de uma articulação entre atores e de modo intersetorial.

Na contemporaneidade, Valencio (2012b) associa o conceito de desastre à ocorrência de três crises simultâneas, que se manifestam tanto na esfera privada quanto na esfera pública da vida social, quais sejam: uma *crise civilizacional*, uma *crise crônica* e uma *crise aguda*. A crise civilizacional se manifesta no plano global, por meio da dominação de uma racionalidade intimamente vinculada aos paradoxos e limites do modo de produção capitalista.

Já a crise crônica possui um enfoque histórico-regional, centrado nas especificidades que a dinâmica capitalista toma no âmbito do modelo de desenvolvimento regional e nacional e que desenha distintos processos de deterioração econômica e sociopolítica. É nesse processo que a situação da crise aguda é produzida, ou seja, que os desastres – incluso, aqueles que serão denominados como “naturais” – emergem e estão intimamente vinculados ao processo de vulnerabilização, isto é, aos modos de subsunção dos sujeitos oprimidos, se refletindo em condições materiais que inviabilizam a sua proteção frente aos diferentes fatores de ameaça (ACSELRAD, 2006). Desse modo, a configuração da crise crônica está relacionada à crise civilizacional, que nos expõe a um modo de produção e de consumo insustentáveis e promove problemas estruturais como o de acesso ao território (in) seguro, acesso não democrático aos recursos naturais e precariedade dos serviços públicos. E, então, tais problemas crônicos se entremeiam à crise aguda, a qual ocorre no plano local tomando a representação de algo pontualmente adverso quando, de fato, é a manifestação de um processo mais permanente de enfermidade social. A crise aguda é, portanto, o “cenário que aglutina a destruição de um amplo sistema de objetos”, mas cujos objetos estão desde antes ameaçados pelo modelo de desenvolvimento que os produzem (VALENCIO, 2012b. p. 11).

Para compreender a complexidade dessas crises simultâneas e transescalares que ocorrem na esfera social, precisamos considerar que estas se refletem de modo distinto na vida dos diferentes grupos sociais. Da mesma forma que a manifestação de um fenômeno natural, como as chuvas, por exemplo, afeta de diferentes formas os grupos sociais que estão expostos à ela, a pandemia da COVID-19 veio expor pessoas em maior processo de vulnerabilização social. Por exemplo, as pessoas que tiveram que lidar com a alta a exposição ao risco de infecção ao se deslocar diariamente ao trabalho em transporte coletivo superlotado. O risco de perder o emprego e, consequentemente, comprometer parte significativa (se não total) da sua renda familiar teve que ser enfrentado, a despeito dos demais riscos implicados nesse enfrentamento, como o de contágio pelo SARs-CoV-2. Nesse sentido, enquanto vivenciamos um cenário de crise aguda relacionada à pandemia de Covid-19, questões surgem para a reflexão cotidiana, tais como: como obtermos uma visão

mais integrativa do cenário, para acessarmos os diferentes tipos de riscos implicados na vida social? Como pautar, de forma mais segura, as nossas escolhas e lidarmos com as exigências sociais que nos são impostas? Como prever os possíveis impactos, de médio a longo prazo, da experiência dessa crise? No âmago dessas questões, o desafio consiste em compreender o fenômeno além de uma manifestação aparente, pois é essencial “capturar as particularidades do momento mais crítico sem desconsiderá-lo como parte de uma tessitura social mais abrangente” (VALENCIO, 2012b, p. 15).

Numa perspectiva conceitual da área das ciências sociais sobre os desastres, existem alguns consensos estabelecidos até o momento, tais como: a) devemos considerar as implicações sociais do fenômeno; b) compreendê-lo a partir das interações humanas; c) compreender a especificidade de rompimento da vida social; d) estabelecer relações entre vulnerabilidade – que é encontrada na perturbação da estrutura social – e resiliência – como medidas adaptativas à perturbação (PERRY, 2007).

Uma pandemia em nível global deflagra de forma mais escancarada as desigualdades socioeconômicas e os problemas que integram a crise crônica e civilizacional bem como a crise crônica e as especificidades da crise localizada. São tantos desafios aos quais estamos expostos que fica difícil decifrar todas as nuances e consequências diretas e indiretas dessa crise, no seu aspecto amplo e generalizado bem como nos seus aspectos particularizados. Especialmente, é difícil acessar os aspectos subjetivos e as características específicas dos sujeitos que foram afetados de forma silenciosa durante a crise. Um exemplo é o desafio com o qual se depararam crianças e adolescentes que estiveram, no contexto brasileiro e desde março de 2020, sem frequentar aulas presenciais e ficaram distantes espacialmente dos estabelecimentos escolares, o que é o objeto de análise o qual destacamos na seção a seguir.

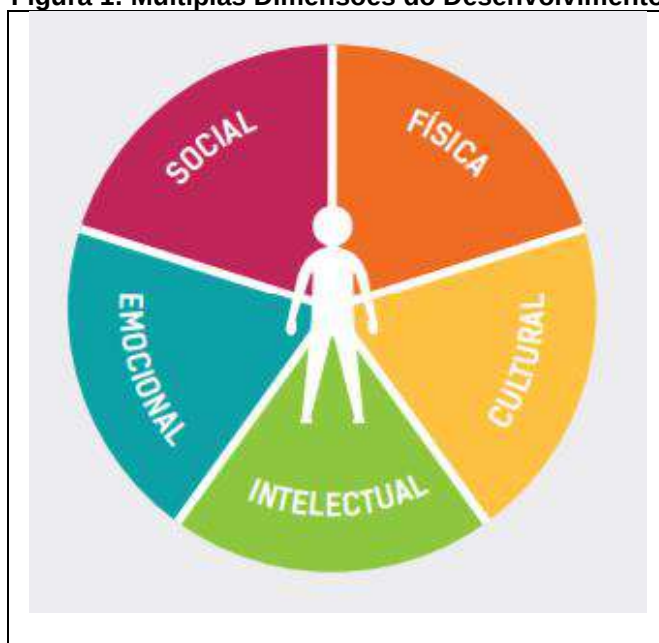
Deflagração da crise no contexto educacional

A escola tem um papel central no desenvolvimento e formação integral de crianças e adolescentes e isso ultrapassa as experiências em sala de aula. A articulação entre a escola com a vida dos estudantes e do território é uma forma

de conectar as práticas e o mundo real dos estudantes com a escola (ANDRADE; COSTA; WEFFORT, 2019), objetivando alcançar o desenvolvimento humano.

O desenvolvimento humano é um processo sempre multidimensional (...) Como um ideal formativo para a garantia de direitos humanos e, em especial, no direito à educação básica, a educação para o desenvolvimento integral visa que todos/todas e cada um/uma sejam intencionalmente estimulados, nutridos, assistidos e reconhecidos em todas suas múltiplas dimensões: físicas, sociais, culturais, intelectuais e emocionais (ANDRADE, COSTA, WEFFORT, 2019, p. 26).

Figura 1: Múltiplas Dimensões do Desenvolvimento



Fonte: Elaborado por Centro de Referências da Educação Integral (ANDRADE, COSTA, WEFFORT, 2019, p. 27).

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a criança é a pessoa até 12 anos de idade (não completos), enquanto o adolescente é a pessoa entre doze até dezoito anos de idade (BRASIL, 1990). Cada etapa de desenvolvimento da criança e adolescente possui especificidades e desafios distintos. Porém, os desafios de cada faixa etária se vinculam com seus contextos sociais, seus enfrentamentos comunitários e territoriais. Se o desenvolvimento da criança e do adolescente não estiverem vinculadas com o contexto local, a educação perde a conexão com elementos significativos da vida dos estudantes. Nesse sentido,

as disposições naturais e sociais para cada uma dessas dimensões da experiência humana são indissociáveis dos contextos da vida nos diferentes territórios: as especificidades dos modos de vida urbano, no campo ou na itinerância se apresentam nos estudantes, na comunidade, na vida escolar e, conseqüentemente, na rede de ensino.(...) a multidimensionalidade do desenvolvimento evoca o reconhecimento e valorização das singularidades, das comunidades de práticas e das identidades étnico-raciais, de gênero e sexualidade, religiosas, territoriais, socioeconômicas, linguísticas, como partes estruturantes do processo educativo (ANDRADE; COSTA; WEFFORT, 2019, p.28).

Quando essa experiência é desorganizada, ela implica alterações na vida prática escolar, como mudanças na rotina dos estudantes na convivência com seus colegas, ter que se manter conectado o dia todo (tanto para as tarefas e realização das atividades, quanto para atividades de lazer, como através de jogos virtuais, acesso às redes sociais, entre outros). A interrupção da prática de atividades físicas as quais, no ambiente escolar, tinham espaço e tempo garantidos, trouxe mudanças na rotina das crianças e adolescentes causando, em muitos casos, ansiedade e angústia.

Thornburg, Kottnerus e Webb (2007) trazem elementos da Teoria de Ritualização Estrutural, por meio da análise dos rituais como elementos constitutivos da vida cotidiana, para nos ajudar a pensar sobre como práticas que realizamos diariamente são incorporadas no corpo social. Essa teoria foca, principalmente, no que os autores chamam de práticas simbólicas ritualizadas e possui dois componentes essenciais, quais sejam: 1) envolvem atos humanos e; 2) envolvem estruturas simbólicas e cognitivas. A partir desses componentes, os autores analisam como a desritualização pode gerar perda de significados, rompimento de uma ação ou ambos (THORNBURG; KNOTTNERUS; WEBB, 2007).

Sob tal perspectiva teórica, é possível considerar que a pandemia de Covid-19 deflagrou um processo de desritualização da vida social, uma vez que desencadeou mudanças abruptas das práticas sociais de diversas coletividades e escalas da vida social. Desse modo, é fundamental compreender e analisar como os diferentes grupos sociais e as pessoas, frente aos seus repertórios e recursos subjetivos, agem e se sentem num processo disruptivo como esse e

quais maneiras encontram para lidar com esse fenômeno (THORNBURG; KNOTTNERUS; WEBB, 2007). Com a desorganização da vida cotidiana, as práticas ritualizadas podem ser inviabilizadas e, então, é preciso encontrar outras formas de gerenciar a vida cotidiana.

Interrupção das atividades presenciais nas escolas e as alterações no mundo privado e público que transformaram (e ainda estão transformando) a vida de crianças e adolescentes são apresentados na **Tabela 1**, destacada a seguir:

Tabela 1: Processo de Desritualização no contexto da pandemia da COVID-19 em crianças e adolescentes

<i>Processo de desritualização</i>		
Práticas	Processo de Desritualização	Agravamento da Desritualização em contexto de vulnerabilização
Ida a escola	Interrupção abrupta das atividades presenciais. Necessidade de adaptação para acessar os conteúdos e atividades e aos novos processos e estratégias de aprendizagens (recursos, formatos das aulas e tarefas); tensões na criação de novos acordos entre as famílias e a escola; intensificação da rotina do estudante de ficar muito mais tempo conectado na internet, tanto para o lazer, quanto para as atividades escolares.	Dificuldade de acesso aos conteúdos disponibilizados virtualmente (aulas, acesso a materiais de estudos, pesquisas), tanto por questão de acesso à internet e/ou da qualidade de conexão, quanto em relação ao número de dispositivos na casa em relação à necessidade de compartilhamento dos mesmos entre os demais membros da moradia.

Vínculo com os professores	Alteração abrupta da rotina de contato presencial e vínculo com o educador, tendo que se adaptar às aulas online e à criação de novas estratégias de adaptação às dinâmicas de ensino-aprendizagem.	Os educadores ficaram sobrecarregados aos terem que gravar conteúdos e disponibilizá-los em diversas mídias (rádio, internet, televisão, podcast, entre outros), dependendo do contexto de seus estudantes, enquanto suas condições materiais (qualidade de seus equipamentos, do acesso à internet, do domínio do ambiente virtual, entre outros) e de tempo para fazê-lo.
Convivências com os colegas	Convivência social restrita ao ambiente virtual, integrando no espaço virtual, tanto atividades de lazer, quanto dos estudos.	A dificuldade de acesso à internet dificultava a convivência com os colegas no meio virtual. Os membros da comunidade que possuíam rede de internet em suas casas compartilhavam acesso com os demais.
Convivência na comunidade/território (como parques, praças, centros comunitários e culturais, entre outros).	Confinamento, o estudante fica tempo todo dentro de casa para realizar todas as atividades da vida social e pública.	Devido à dificuldade de garantir as medidas protetivas na comunidade, muitas vezes, o isolamento/distanciamento não foi mantido. Desafios enfrentados pelos membros da comunidade influenciaram diferentes percepções do risco, pois eles já enfrentavam outras situações desafiadoras, que ultrapassavam o risco de infecção da COVID-19, como:

		pobreza, fome, falta de acesso à educação remota, necessidade do trabalho das crianças, adolescentes e jovens para apoiar na renda familiar. Então, em muitos casos, as pessoas continuaram a conviver presencialmente, sem conseguir cumprir medidas de distanciamento social.
Relacionamento com os familiares	Devido o confinamento abrupto de todos os membros da família dentro de casa, em que todos compartilhavam o mesmo espaço para realização de diversas atividades, como: trabalho, estudo, lazer, entre outros.	Pais tinham que sair para trabalhar e estavam em constante exposição ao risco de contrair COVID-19, tendo que se locomover, utilizando transportes públicos para chegar ao trabalho. Dificuldade da convivência devido ao alto número de membros da família, com pouco espaço para convivência. Crianças sem espaço próprio para realizar as atividades escolares, tendo que apoiar os familiares no desempenho das atividades da casa.
Renda familiar	Dificuldades do(s) chefe(s) da família em garantir ao grupo o mesmo padrão de vida anterior ao da pandemia, com riscos de perda de emprego, diminuição de lucros,	Dificuldades de garantia de renda mínima para a sobrevivência da família, o que pode acarretar outros riscos, como: o de recorrer ao trabalho infantil, o de suscitar problemas nutricionais, devido

	tendo que rever o orçamento familiar, realizar negociação de mensalidades com as escolas, entre outros constrangimentos.	à perda de acesso aos itens de alimentação que eram garantidos outrora na merenda escolar, entre outros.
Relação com a doença e luto	Dificuldades de encontrar hospitais com vagas em caso de enfermidade grave, dificuldades de acesso aos testes de Covid-19 (no início da pandemia) quando à suspeita de contágio dos membros da família; Mudanças dos pais e cuidadores em relação aos rituais de cuidados com os filhos. Dificuldade no acompanhamento e visita dos familiares enfermos. No caso de morte dos mesmos, a impossibilidade de realizar os rituais de luto e despedida, de acordo com as diferentes crenças e culturas.	Problemas de acesso à saúde, com dificuldade de encontrar vagas em hospitais, impossibilitando, muitas vezes, o tratamento e recuperação de membros enfermos das famílias. Afetando ainda a contaminação de outros membros da família, por falta de local para isolamentos dos infectados. Dificuldades de manutenção dos protocolos de higiene e uso de máscara devido a problemas sanitários e de acesso à água.
Bem-estar e proteção social	Problemas das crianças, adolescentes e familiares relacionados à ansiedade e angústia com a vivência do confinamento e o	Relações abusivas no ambiente familiar, seja por violência psicológica, física e/ou sexual. Escolas e outros equipamentos públicos

	sentimento da vida em suspenso.	fechados impedem o acesso a pessoas de confiança na rede proteção social.
--	---------------------------------	---

Fonte: Elaboração própria, baseado em Costa, 2020; Chaves, 2020 e Vieira, Vieira, Matarazzo 2020.

A *Tabela 1*, acima, apresenta as experiências desritualizadas no contexto da pandemia da COVID-19 e como essa desritualização foi mais profunda, considerando o cenário de vulnerabilidade em que as crianças e adolescentes se encontram durante a crise.

Considerando crianças e adolescentes que possuem os mesmos acessos aos direitos e bens sociais, cada uma delas terá desafios distintos, se considerarmos aspectos subjetivos e emocionais da experiência. E essas diferenças se intensificam ainda mais quando comparamos a experiência de crianças e adolescentes com condições socioeconômicas distintas, em que o processo de vulnerabilização as expõe a situações de risco que, em contexto de crise, se intensificam, como situações de violência doméstica, trabalho infantil, e de não poder ter acesso aos conteúdos educacionais (devido problemas de acesso à conexão com a internet), entre outros.

Nesse sentido, Costa (2020) destaca que

É francamente conhecido no Brasil o fato de que a escola pública se constitui como fator de **proteção social** e equipamento essencial à efetivação de direitos de crianças, adolescentes e jovens, para além do papel essencial para a aprendizagem e o desenvolvimento integral (...) de cada um deles (COSTA, 2020).

Assim como é relevante compreender as dimensões do sofrimento social causados por essas perturbações nas práticas sociais, é necessário apontar para as estratégias mais adequadas e pertinentes para o enfrentamento de adversidades como as acima destacadas. Por exemplo, aquelas em que houve esforços para criar conteúdos e experiências pedagógicas que construíram espaços de acolhimento, de escuta, de criação de estratégias conjuntas que fizeram sentido para as crianças e adolescentes.

É fundamental mapear os aprendizados ocorridos neste período (para além dos conteúdos escolares) e os temas de interesse

dos estudantes e trabalhar com projetos e roteiros de aprendizagem construídos em diálogo com eles e suas famílias. Se não é desejável que todos voltem às escolas todos os dias, quais novos agrupamentos podem ser pensados? Como articular o que se aprendeu nas plataformas digitais e no trabalho colaborativo para colocar em prática os projetos dos estudantes? Que outros espaços para além da escola podem ser explorados para essas atividades? Como articular as comunidades para apoiar o desenvolvimento destas propostas? Nesta perspectiva, é fundamental pensar em avaliações diagnósticas e formativas adaptadas ao contexto de cada comunidade escolar e de sua proposta pedagógica. É fundamental passar a compreender a avaliação como aprendizagem e não apenas como dispositivo de monitoramento da aprendizagem*. Se apostamos em estratégias mais colaborativas como os projetos e roteiros de aprendizagem, a avaliação serve ao processo, não é algo que vem como verificação a posteriori (COSTA, 2020).

Trazer as dimensões subjetivas vinculadas ao enfrentamento da pandemia para serem discutidas dentro do currículo escolar, conectando os componentes curriculares com o contexto de cada estudante, implica na garantia do envolvimento constante das crianças e adolescentes no desenvolvimento de estratégias e medidas protetivas. E, dessa forma, a gestão das relações educativas é mais eficaz ao convidar os estudantes, membros da comunidade escolar para pensar coletivamente no enfrentamento dos desafios, de modo a acolher a diversidade de gênero, etária, sexualidade, de necessidades especiais, entre outros.

Por fim, destaca-se a relevância de compreender as experiências das crianças e adolescentes, no contexto da pandemia, através de uma perspectiva sociológica. Nela, a construção histórica da crise identifica o embate entre a memória oficial e a memória individual e incorpora integradamente a experiência e a percepção do grupo aqui focalizado. Crianças e adolescentes deveriam se sentir parte da construção de estratégias de enfrentamento e de prevenção de futuras crises agudas que poderemos enfrentar em nossa sociedade. Dentre as muitas metodologias para acessar sociologicamente essa experiência, se coloca a possibilidade de fazê-lo através de uma etnografia do cotidiano. O cotidiano bem observado e documentado pode revelar ricos aspectos sobre a memória da pandemia, pois a memória:

se inscreve e se constrói no cotidiano. Ao mesmo tempo que apreendemos a memória através do imaginário, do senso-comum, construímos memórias através de nossas relações cotidianas que se perpetuam nos gestos, sentimentos e atitudes (MARTINS, 2000, p.129).

Considerações Finais

Existem complementaridades e contraposições entre a história vivida e a história oficial para contar a evolução de uma crise social. Temos, assim, que considerar ambos os aspectos para compreensão da complexidade deste cenário, buscando conciliar memórias oficiais com as individuais quando isso é possível, ou identificar os seus desencontros, quando for o caso.

Dimensões das experiências vivenciadas trazem elementos que, muitas vezes, não são considerados em dados e análises da história oficial (MARTINS, 1992; 2000). O desafio em analisar dimensões simbólicas de um momento de alta complexidade exige muita sensibilidade para se ler sociologicamente o problema nas entrelinhas, por meio de gestos, anseios, medos, olhares e modos de interação entre os sujeitos focalizados.

A exploração do mundo subjetivo das crianças e adolescentes é uma fonte que retrata os impactos ocultos da pandemia nas diferentes faixas etárias, pois evidenciam aspectos que vão além do número de impactados pela doença ou dos dias que as crianças ficaram sem aulas presenciais, por exemplo. Compreender quais foram as estratégias desenvolvidas por esse grupo e pelos sujeitos com os quais estes mantêm interações sociais significativas – pais, cuidadores, professores, colegas, amigos – para lidar com o contexto de crise relacionado à COVID-19, considerando questões enfrentamento da ansiedade, dificuldades de aprendizado, saudades dos amigos, entre outros, é um objeto sociologicamente relevante de pesquisa. Indagar: como estas agruras foram vivenciadas? E como estão sendo enfrentadas?

A manutenção do vínculo da criança com a escola é uma forma de garantir uma escuta e um cuidado constantes com seus direitos. No contexto de crises e emergências, pessoas em processo de vulnerabilização tendem a ser as mais afetadas e terão dificuldade em se reestabelecer no pós-crise. Por isso, exigem estratégias especiais e prioritárias de acolhimento.

A fim de estabelecer a construção e manutenção do vínculo da criança e adolescente com a escola, o acolhimento torna-se uma dimensão essencial, em que:

- Deve-se considerar o contexto social, cultural e emocional das crianças e adolescentes;
- Deve-se incluir os atores responsáveis, seja no cuidado, proteção ou educação de crianças e adolescentes: como educadores, gestores escolares, familiares, entre outros.
- As estratégias de resiliência e enfrentamento devem ser construídas coletivamente e que crianças e adolescentes também possam fazer parte desta construção;

A conexão entre crises pontuais, crises crônicas e crise civilizacional é algo que temos que ter em mente para que possamos pensar sobre essa reprodução cotidiana dos riscos e exclusão social (VALENCIO, 2012b). A pandemia da COVID-19 nos trouxe muitas perguntas e reflexões acerca de como nossas ações de hoje estão produzindo riscos futuros. Estamos reproduzindo ações que excluem e expõem outros a situação de maior vulnerabilidade?

Referências

ACSELRAD, H. Vulnerabilidade ambiental, processos e relações. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E TERRITORIAIS, 2., 2006, Rio de Janeiro. **Anais**. [...]. Rio de Janeiro: IBGE, 2006

ANDRADE, J. P.; COSTA, N.; WEFFORT, H. F. **Currículo e educação integral na prática**: uma referência para Estados e Municípios. São Paulo: Associação Cidade Escola Aprendiz, 2019. (Caderno 1.) Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/curriculo-na-educacao-integral/wp-content/uploads/2019/01/caderno-1-curriculo-e-ei-na-pratica.pdf>. Acesso em: 22 de novembro de 2020.

BRASIL. **Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 1990.

CHAVES, M. **Vidas em pausa**: o afastamento da escola e o isolamento social vêm fazendo das crianças brasileiras vítimas ocultas da pandemia. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/reportagens-especiais/criancas-pandemia-coronavirus/index.htm#cover>. Acesso em: 22 de novembro de 2020.

COSTA, N. **É hora de territorializar a escola pública brasileira**. São Paulo: Centro de Referências da Educação Integral. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/e-hora-de-territorializar-escola-publica-brasileira/> Acesso em: 22 de outubro de 2020.

MARTINS, J. S. **Subúrbio**: vida cotidiana e história no subúrbio de São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1992. v. 1.

MARTINS, J. S. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Hucitec, 2000.

OLIVER-SMITH, A. Global changes and the definition of disaster. *In*: QUARANTELLI, E. L. (org.). **What is a disaster?** Perspective on the question. London: Routledge, 1998. p. 1-7.

PERRY, R. W. What is a disaster. *In*: RODRÍGUEZ, E; QUARANTELLI, E; DYNES, R.R. (org.). **Handbook of disaster research**. New York: Springer, 2007. p.1-7.

THORNBURG, A.; KNOTTNERUS, J. D.; WEBB, G. R. Disaster and deritualization: a re-interpretation of findings from early disaster research. **The Social Science Journal**, v. 44, n. 1, p. 161–166, 2007.

VALENCIO, N. F. L. S. **Para além do ‘dia do desastre’**: o caso brasileiro. Curitiba: Appris, 2012a.

VALENCIO, N. F. L. S. **Sociologia dos desastres**: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: RiMa, 2012b. v. III.

VIEIRA, B. M.; VIEIRA, M. P.; MATARAZZO, R. **Denúncias de violência contra crianças e adolescentes caem 12% no Brasil durante a pandemia.** Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/09/10/denuncias-de-violencia-contras-criancas-e-adolescentes-caem-12percent-no-brasil-durante-a-pandemia.ghtml?utm_source=push&utm_medium=app&utm_campaign=pushg1
Acesso em: 22 de novembro de 2020.

